

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA
DEPARTAMENTO DE DEMOGRAFIA E CIÊNCIAS ATUARIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DEMOGRAFIA**

**UM OLHAR SOBRE O TAMANHO DA PROLE DAS MULHERES INDÍGENAS
À LUZ DO CAPITAL CULTURAL E ECONÔMICO, BRASIL, 2010.**

NATAL, FEVEREIRO DE 2015.

ANNA KAROLINE ROCHA DA CRUZ

**UM OLHAR SOBRE O TAMANHO DA PROLE DAS MULHERES INDÍGENAS
À LUZ DO CAPITAL CULTURAL E ECONÔMICO, BRASIL, 2010.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Demografia (Mestrado), da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, sob orientação do Prof. Dr. Mardone Cavalcante França, e Co-orientação da Profa. Dra. Lára de Melo Barbosa Andrade.

NATAL, FEVEREIRO DE 2015.

Catálogo da Publicação na Fonte. UFRN / SISBI / Biblioteca Setorial
Centro de Ciências Exatas e da Terra – CCET.

Cruz, Anna Karoline Rocha da.

Um olhar sobre o tamanho da prole das mulheres indígenas à luz do capital cultural e econômico, Brasil, 2010 / Anna Karoline Rocha da Cruz. - Natal, 2015. 71 f. : il.

Orientador: Prof. Dr. Mardone Cavalcante França.
Coorientadora: Profa. Dra. Lára de Melo Barbosa
Andrade.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Exatas e da Terra. Programa de Pós-Graduação em Demografia.

1. Demografia – Dissertação. 2. Mulheres indígenas – Dissertação. 3. Fecundidade – Dissertação. 4. Capital cultural e econômico – Dissertação. I. França, Mardone Cavalcante. II. Andrade, Lára de Melo Barbosa. III. Título.

RN/UF/BSE-CCET

CDU: 314

AGRADECIMENTOS

A minha família (nortista e nordestina), pelo apoio, compreensão e estímulo para dar continuidade ao caminho que escolhi seguir. Agradeço, especialmente, aos meus pais, meus primeiros educadores, por me ensinarem a encarar o mundo de forma descomplicada e por acreditarem, apoiarem e suportarem, junto comigo, a distância espacial que a minha busca por conhecimento ocasionou.

De modo igualmente especial, agradeço meu único irmão e grande amigo, ao qual sinto profunda admiração e respeito, por trazer tranquilidade e descontração nas horas turbulentas dessa caminhada.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM) pelo apoio recebido, que viabilizou minha participação no curso.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Mardone Cavalcante França, e minha co-orientadora, prof^a. Dra. Lára de Melo Barbosa Andrade, por aceitarem embarcar em um objeto de estudo, que ainda é pouco admirado, e pela paciência oferecida durante a elaboração desse trabalho.

Ao prof. Dr. Moisés Alberto Calle Aguirre, por me fazer “beber” de outras águas, me inserindo no universo intelectual de Pierre Bourdieu, por me oferecer outra ótica do ensino e da pesquisa, e pelas conversas sempre animadoras e empolgantes. A ele, com certeza, devo muitos ensinamentos tanto no campo profissional quanto pessoal.

Agradeço também aos professores que compõem o PPGDem: Flávio Henrique Freire, Marcos Roberto Gonzaga, Maria Célia de Carvalho Formiga, Maria Helena Spyrides, Ricardo Ojima, a todos eles pelos ensinamentos passados em sala de aula.

Assim como tudo na vida tem um início, meio e fim, não posso deixar de agradecer o meu início na vida acadêmica, que teve como peça principalmente o prof. Dr./ amigo Pery Teixeira. A ele agradeço pelas oportunidades oferecidas durante e depois da graduação, e o apreço por trabalhar com populações indígenas e buscar incessantemente conhecimento. Como bem definiu um de seus amigos, o Pery é “um experiente navegante que sabe atrair os mais distantes a um despercebido mundo que aparece a todo instante”, e que eu tive a oportunidade de conhecer.

Também quero agradecer aos amigos de Manaus, especialmente: Amara Luciane, Rafaella, Anie Karen, Dariana, Aline, Débora, Angelina, pelas horas despendidas com minhas conversas sobre a vida pessoal e o trabalho, e pelas sempre injeções de ânimos.

À Patrícia e família, por acolherem em sua casa duas migrantes e nos fazerem sentir em casa toda vez que estávamos lá. Sem dúvida, os primeiros momentos em Natal só se fizeram mais agradável por sua grande ajuda.

Ao amigo José Edson Jr. pela paciência e ajuda a entender e manipular o programa GoM.

Aos amigos da turma 2013, pelas discussões, conversas, momentos de descontração que tornaram mais fácil e agradável o curso e a vida em Natal.

À Wilmara, por compartilhar da experiência em trabalhar com pesquisa em escola, e pela grande amizade que construímos. Obrigada pelas conversas realistas, quando eram necessárias. A você e Rumenick agradeço pelo companheirismo e os momentos de diversão.

Ao amigo Victor, por sempre nos transmitir conhecimento com maestria e tornar as aulas sempre animadas.

Ao amigo Tiago, pelos momentos de diversão e as discussões quase sempre polêmicas.

Ao amigo Bruno, pela sua disponibilidade de sempre ajudar e compartilhar conhecimento.

Ao amigo William, pelas conversas, discussões e o apoio oferecido às “meninas do Norte”. A você e a Anne agradeço pelos convites e as conversas que sempre nos permitiram sair um pouco da atmosfera acadêmica.

À Mara, a amiga mais divertida e empolgante, que nos permitia dar uma fugidinha das obrigações e nunca desistia de nos convidar aos eventos. Obrigada por estar presente nos melhores e nos piores momentos dessa caminhada.

A Mário, pela amizade, a paciência e agilidade de resolver nossos problemas na secretária do PPGDem.

E por último, mas não menos importante, agradeço à Soledade e Eliana por compartilharem não só uma moradia, mas também experiências, frustrações e alegrias. Obrigada, Soledade, por transmitir paciência e tranquilidade em momentos difíceis. E obrigada, Eliana, pelos ensinamentos pessoais, pelas inúmeras discussões sobre esse trabalho e por ser peça fundamental do meu crescimento profissional e pessoal.

RESUMO

A fecundidade no Brasil, assim como em outros países da América Latina, apresentou um acentuado e rápido declínio e com diferenciais entre os grupos com melhores e piores condições socioeconômicas. Dentre os segmentos populacionais com piores situações socioeconômicas no Brasil incluem-se às populações indígenas, que ganham destaque pelos mais elevados níveis de fecundidade em comparação com não-indígenas. No entanto, entre 1991 e 2000, as mulheres que se autodeclararam indígenas nos respectivos censos demográficos apresentaram uma redução significativa dos níveis de fecundidade, dando indícios de que essas populações acompanham a queda da fecundidade que vem ocorrendo no país. Sendo assim, este trabalho tem como objetivo principal estimar a fecundidade das mulheres indígenas do Brasil, em 2010, à luz dos seus perfis de capitais culturais e econômicos. Para tanto, utilizou-se os microdados do Censo Demográfico 2010 a fim de aplicar o método *Grade of Membership* (GoM) para construir uma tipologia das mulheres indígenas levando em considerações as dimensões: demográficas, do capital cultural e econômico e das características do domicílio. Adicionalmente, estimou-se os níveis de fecundidade para cada um dos perfis obtidos, utilizando-se a técnica indireta de Brass. A tipologia das mulheres indígenas obtidas no trabalho revelou três perfis puros: o primeiro, de mulheres com perfil intitulado “capital tradicionalmente indígena”, que possuem características de uma população aldeada, que praticam suas tradições e moram em ocas ou tendas, por exemplo. Em outro perfil extremo encontraram-se mulheres indígenas residentes em áreas urbanas que, no contexto dos povos indígenas, apresentaram os mais elevados níveis de escolaridade e renda domiciliar, denominando-se este perfil de “capital urbanizado”. E um terceiro perfil intitulado “capital intermediário”, de mulheres habitantes da zona rural, com nível intermediário de escolaridade e renda domiciliar, e residentes em domicílios sem serviços públicos de saneamento básico. Dos resultados encontrados para o nível de fecundidade de cada perfil encontrou-se: uma Taxa de Fecundidade Total de 5,9 filhos, em média, por mulher, para o perfil com capital tradicionalmente indígena, cujo capital apresenta distancia do capital dominante (não-indígena) e que corresponde a 13,9% do total de mulheres indígenas; o perfil de mulheres com capital intermediário, também apresentaram um nível elevado de fecundidade (5,5 filhos), ainda que este tenha uma menor representativa no conjunto de mulheres indígenas (6,3%), compõem um grupo que carece de maior atenção por parte das instituições governamentais. Já o perfil de mulheres com capital urbanizado, cuja representativa corresponde a 43,9%, atingiram um patamar menor do que a média nacional (3,9 filhos) para esse segmento populacional, denotando um comportamento muito próximo ao da sociedade envolvente. Por fim, o estudo revela a importância de pensar políticas de saúde reprodutiva sensíveis aos aspectos culturais aos diferentes grupos de mulheres indígenas encontrados.

ABSTRACT

The fertility transition in Brazil, as in other Latin American countries, presented a sharp and rapid decline and differences between the groups with better and worse socioeconomic conditions. Among the population groups with lower socioeconomic situations in Brazil include indigenous peoples, which are highlighted by the highest levels of fertility in comparison with non-Indians. However, between 1991 and 2000, women who declared themselves indigenous to the respective population census was classified as a significant reduction in fertility levels, giving evidence that these populations accompanying the decline in fertility that has occurred in the country. Thus, this study aims to estimate the fertility of indigenous women in Brazil in 2010, in the light of their cultural and economic capital profiles. Therefore, we used micro data of Census 2010 to apply the method Grade of Membership (GoM) to construct a typology of indigenous women taking into consideration the dimensions: demographic, cultural and economic capital and household characteristics. Additionally, we estimated the fertility levels obtained for each of the profiles, using the indirect technique Brass. The typology of indigenous women found in this work revealed three pure profiles: the first women profiled on "capital traditionally indian", which have characteristics of a indigenous population, practicing their traditions and live in hollow or tents, for example. At the other extreme profile met indigenous women living in urban areas, which in the context of indigenous peoples, was classified as the highest levels of education and household income, the profile which is known as "capital urbanized ". A third profile entitled "capital intermediary", inhabitants rural women with intermediate education level and household income, and living in households without public sanitation services. The results found for each profile fertility level was found: A Total Fertility Rate of 5.9 children on average per woman for the profile with capital traditionally indian, the capital of which has distance from the dominant capital (not - indígena) and corresponding to 13.9% of indigenous women; the profile of women with capital intermediary, also was classified as a high level of fertility (5.5 children), even though it has a smaller representative in the group of indigenous women (6.3%), make up a group that lacks more attention by government institutions. But the profile of women with capital urbanized, whose representative corresponds to 43.9%, reached a lower level than the national average (3.9 children) for this population segment, showing a very close behavior to the surrounding society. Finally, the study shows the importance of thinking reproductive health policies sensitive to cultural aspects to different groups of indigenous women found.

Sumário

INTRODUÇÃO	10
Objetivo geral	12
Objetivos específicos	12
REVISÃO DA LITERATURA	13
2.1. A transição da fecundidade no mundo e no Brasil	13
2.1.1. <i>Regime demográfico primitivo</i>	13
2.1.2. <i>O regime da fecundidade: o caso eurocêntrico</i>	15
2.1.3. O regime da fecundidade na América Latina, especialmente no Brasil	19
2.2. Conceito e dinâmica do capital cultural e econômico	23
2.3. Os povos indígenas no Brasil	26
2.4. Definindo o ser “indígena”	26
2.4.1. <i>Considerações sobre as fontes de dados dos povos indígenas no Brasil</i>	27
2.5. O comportamento da fecundidade dos povos indígenas	30
3. ASPECTOS METODOLÓGICOS	34
3.1. Material utilizado para a construção da tipologia das mulheres indígenas brasileiras	34
3.2. O método GoM	37
3.3. Técnica demográfica para estimar o nível e padrão de Fecundidade	38
4. ANÁLISES DOS RESULTADOS	40
4.1. Mulheres indígenas: seus perfis e fecundidade à luz do capital cultural e econômico	40
4.2. A tipologia das mulheres indígenas	40
4.3. Características dos perfis encontrados	49
4.4. Composição etária	50
4.5. Distribuição territorial dos perfis encontrados	52
4.6. Fecundidade das mulheres indígenas autodeclaradas indígenas, segundo os perfis	56
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	60
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	62
ANEXOS	68

LISTA DE TABELAS E GRÁFICOS

QUADRO 2.1 - Distribuição dos países da América Latina segundo o estágio da transição da fecundidade – 1995/2000 e 2005/2010.....	21
QUADRO 2.2. - Censos Demográficos realizados no Brasil e as categorias investigadas no quesito <i>cor</i> , no período entre 1892 a 2010.....	28
QUADRO 3.1. - Variáveis para a construção da tipologia das mulheres indígenas segundo as dimensões demográficas, do Capital Cultural e Econômico, e as características do domicílio	35
TABELA 4.1 - Frequências absolutas e relativas, estimativas dos <i>lambdas</i> e fatores delineadores dos perfis extremos, segundo as variáveis selecionadas – Brasil, 2010... ..	44
TABELA 4.2 – Perfis das mulheres indígenas, segundo capital cultural e econômico – Brasil – 2010.....	49
GRÁFICO 4.1. - Distribuição percentual (%) das mulheres indígenas, por grupos etários, segundo os perfis puros – Brasil – 2010.....	51
GRÁFICO 4.2. - Distribuição percentual (%) das mulheres indígenas, por grupos etários, segundo os perfis mistos – Brasil – 2010.....	52
TABELA 4.3. - Distribuição percentual das mulheres indígenas, por região, segundo os perfis puros e mistos – Brasil – 2010.....	53
GRÁFICO 4.3 - Percentual das mulheres indígenas com capital cultural e econômico baixo (Perfil 1), segundo as Unidades da Federação – Brasil – 2010.....	54
GRÁFICO 4.4 - Percentual das mulheres indígenas com capital cultural e econômico intermediário (Perfil 3), segundo as Unidades da Federação – Brasil – 2010.....	55
GRÁFICO 4.5 - Percentual das mulheres indígenas com capital cultural e econômico alto (Perfil 2), segundo as Unidades da Federação – Brasil – 2010.....	55

GRÁFICO 4.6 – Percentual das mulheres indígenas com capital cultural e econômico baixo e alto, com predomínio do capital cultural e econômico baixo, segundo as Unidades da Federação – Brasil – 2010..... 69

GRÁFICO 4.7 – Percentual das mulheres indígenas com capital cultural e econômico baixo e intermediário, com predomínio do capital cultural e econômico baixo, segundo as Unidades da Federação – Brasil – 2010..... 69

GRÁFICO 4.8 – Percentual das mulheres indígenas com capital cultural e econômico intermediário e baixo, com predomínio do capital cultural e econômico intermediário, segundo as Unidades da Federação – Brasil – 2010..... 70

GRÁFICO 4.9 – Percentual das mulheres indígenas com capital cultural e econômico intermediário e alto, com predomínio do capital cultural e econômico intermediário, segundo as Unidades da Federação – Brasil – 2010..... 70

GRÁFICO 4.10 – Percentual das mulheres indígenas com capital cultural e econômico alto e intermediário, com predomínio do capital cultural e econômico alto, segundo as Unidades da Federação – Brasil – 2010..... 71

GRÁFICO 4.11 – Percentual das mulheres indígenas com capital cultural e econômico alto e baixo, com predomínio do capital cultural e econômico alto, segundo as Unidades da Federação – Brasil – 2010..... 71

GRÁFICO 4.12 – Taxa de Fecundidade das mulheres indígenas, segundo os perfis puros – Brasil – 2010..... 57

GRÁFICO 4.13 – Taxa de Fecundidade das mulheres indígenas, segundo os perfis mistos – Brasil – 2010..... 72

GRÁFICO 4.14 – Percentual das Taxas Específicas de Fecundidade das mulheres indígenas, segundo os perfis puros – Brasil – 2010..... 58

GRÁFICO 4.15 – Taxa Específica de Fecundidade das mulheres indígenas, segundo os perfis mistos – Brasil – 2010..... 72

1. INTRODUÇÃO

A transição da fecundidade não se deu de forma homogênea em todas as sociedades. Nos países tidos como desenvolvidos, os níveis de fecundidade declinaram de forma mais lenta e com um diminuto diferencial entre os vários grupos socioeconômicos. Enquanto isso, alguns países da América Latina, como o Brasil, apresentaram um acentuado e rápido declínio. Em 2010, o nível de fecundidade das mulheres brasileiras já se encontrava abaixo do nível de reposição (2,1 filhos por mulher), com 1,9 filhos, em média, por mulher (CRUZ ET AL., 2014), ou seja, em um estágio bastante avançado da transição da fecundidade.

No entanto, o descenso da fecundidade no país apresentou diferenciais entre os grupos com melhores e piores condições socioeconômicas (BERQUÓ; CAVENAGHI, 2004). Dentre os segmentos populacionais com piores situações socioeconômicas no Brasil incluem-se às populações indígenas, que ganham destaque pelos elevados níveis de fecundidade em comparação com não-indígenas.

Estudos em Demografia e Antropologia, como os trabalhos de: Pagliaro (2002), para o povo Kaiabi, no Parque Nacional do Xingu (MT); Azevedo (2003), para os povos indígenas do Alto Rio Negro (AM); Junqueira (2005), para o povo Kamaiurá, situados também no Parque Nacional do Xingu; e Teixeira (2005) para o povo Sateré-Mawé (AM), apontam os altos níveis de fecundidade para essas populações indígenas específicas situadas na Região Norte e Centro-Oeste do país. Entretanto, poucos são os estudos de caso, com caráter demográfico, que tratam da fecundidade das mulheres autodeclaradas indígenas nas demais regiões do país. Cabe destaque o trabalho de Teixeira e Costa (2012), que apresenta uma análise preliminar de indicadores demográficos para uma das populações indígenas mais numerosas da Região, o Xukuru do Ororubá (PE). Essa escassez de estudos pode, em parte, justificar-se devido ao silêncio da historiografia para esses povos, que por anos foram expostos à cultura ocidental e considerados como “mestiços” (OLIVEIRA, 2007).

Na contrapartida desses achados, os Censos Demográficos tornaram “visíveis” aspectos, como: acesso à moradia, emprego, saúde, educação, entre outros, para esses povos, que a partir de 1991 foram contabilizados tanto dentro quanto fora dos postos indígenas. Assim, foi possível estimar a fecundidade para estes de forma integral,

permitindo, por exemplo, uma análise das informações dos povos indígenas, desagregando-se pelas macrorregiões do Brasil.

Segundo o IBGE (2005), entre 1991 e 2000, as mulheres que se autodeclararam indígenas nos Censos Demográficos apresentaram uma queda da fecundidade de quase 30%, tendo, em média, no fim do período, pouco menos de 4 filhos, dando indícios de que essas populações acompanham a queda da fecundidade que vem ocorrendo no país. Cabe ressaltar, sem entrar, por agora, no mérito das especificidades, que há uma disparidade entre a fecundidade das mulheres indígenas das áreas urbanas e rurais, como entre as regiões e etnias.

Contudo, ainda é presente a falta de estudos que buscam estabelecer a relação entre modelos culturais e padrões demográficos que, segundo Pagliaro *et al.* (2005), vêm ganhando força na busca por entender as análises do comportamento demográfico dos povos indígenas a partir das suas diversas formas de organização social. Nesse sentido, o principal interesse desta dissertação se focaliza no comportamento da fecundidade desse segmento populacional, que possui uma diversidade de características socioculturais, como também trajetórias históricas, econômicas e políticas distintas das referentes aos não-indígenas. Tais contrastes geram povos indígenas que interagem diferentemente com a sociedade envolvente, o que pode suscitar uma mudança cultural e, conseqüentemente, um novo comportamento demográfico. Por isso, este trabalho buscou estimar a fecundidade nas sociedades indígenas através do capital cultural e econômico utilizado por Bourdieu (1999).

Entende-se como capital cultural todo elemento passado de pai para filho, como também adquirido por meio das interações sociais, que, por fim, acabam reproduzindo uma carga cultural e econômica de um determinado grupo (BOURDIEU, 1999). O conceito de capital cultural utilizado por Bourdieu centra-se no âmbito escolar, em que as classes sociais mais favorecidas - as detentoras de um maior capital cultural - possuem vantagens no desempenho escolar em comparação com aqueles com baixo capital cultural. Isto porque cada família transmite a seus filhos costumes e valores implícitos, ou seja, uma herança cultural, que diferencia inicialmente as crianças perante a experiência escolar e, conseqüentemente, em seus êxitos. Sendo assim, crianças cujos pais possuem ensino superior completo têm maior êxito do que aquelas cujos pais não são escolarizados.

O conceito de capital cultural e econômico permite captar os *habitus* dos indivíduos, que deixam transparecer tanto o mundo objetivo (sociedade) quanto o

mundo subjetivo das individualidades (indivíduo) (SETTON, 2002). A lógica do pensamento bourdieusiano utilizada neste trabalho consiste justamente na reprodução dessa carga cultural – e, conseqüentemente, da econômica -, em que as mulheres indígenas detentoras de distintos capitais culturais e econômicos podem possuir diferentes níveis de fecundidade.

Por isso, primeiramente, construíram-se perfis das mulheres indígenas a partir do capital cultural e econômico destas e, em seguida, analisaram-se os níveis e padrões de fecundidade de cada perfil obtido. Dessa forma, buscou-se elucidar na aplicação de políticas de saúde reprodutiva que não fira o direito à integridade cultural desses povos.

1.1. Objetivo geral:

Estimar a fecundidade das mulheres indígenas do Brasil, em 2010, à luz dos seus perfis de capitais culturais e econômicos.

1.1.1. Objetivos específicos:

- Construir perfis das mulheres indígenas no Brasil com base nas variáveis demográficas, de capital cultural e econômico e características do domicílio.
- Analisar os níveis e padrões de fecundidade a partir da tipologia das mulheres indígenas em 2010.

2. REVISÃO DA LITERATURA

Fecundidade, componente da dinâmica demográfica, é o termo utilizado para designar a procriação efetiva, ou seja, o número relativo de descendentes que uma geração traz ao mundo. A reprodução humana não inclui somente a reprodução biológica da espécie, mas também a reprodução social, a relação indivíduo e sociedade e as relações de poder. Assim, cada indivíduo, ao longo do seu ciclo de vida, aprende e incorpora a cultura de seu grupo social – processo chamado de socialização ou endoculturação –, como também altera tais comportamentos a partir das interações sociais (HAMMEL, 1990; LARAIA, 2009).

Sendo assim, as sessões que compõem o referencial teórico versarão, primeiramente, da fecundidade em sociedades primitivas, na Europa e no Brasil, de modo a explicar algumas abordagens acerca da transição da fecundidade, dando ênfase à abordagem sociocultural, pois esta servirá de suporte para o entendimento da fecundidade das mulheres indígenas à luz do seu capital cultural e econômico. Em um segundo momento, mostra-se o conceito de capital cultural e econômico e sua relação com a fecundidade das mulheres indígenas. Por último, focalizam-se os povos indígenas no Brasil, partindo da definição do que se considera por indígena, em seguida, das fontes de dados referentes a este segmento populacional, e o comportamento da fecundidade entre eles.

2.1. A transição da fecundidade no mundo e no Brasil

2.1.1. Regime demográfico primitivo

Até o advento da Revolução Agrícola, as sociedades denominadas caçadoras-coletoras tinham em comum taxas de crescimento populacional baixas. Os indivíduos tinham um número menor de filhos, já que era necessária uma mobilidade maior para obtenção de alimentos. Sendo assim, o aumento dessa população tinha ligação direta com a disponibilidade de recursos (BACCI, 1999). Segundo Harris e Ross (1987), as mulheres daquela época tinham o controle da reprodução, pois utilizavam do

infanticídio quando ainda tinham filhos mais velhos para carregar durante seus deslocamentos contínuos ou quando havia escassez de alimentos.

A partir da introdução da agricultura, ocorre um aumento na densidade demográfica cem vezes maior do que a existente no regime dos caçadores-coletores (BACCI, 1999). As populações tornaram-se sedentárias, com relações sociais mais complexas, e adquiriram novas tecnologias. Neste momento, o espaço é um fator importante, já que aqueles que possuíam uma maior quantidade de plantas e animais de características diferentes tinham maiores chances de domesticá-los, ou seja, poderiam alimentar um número maior de pessoas. Contudo, isso também geraria competições entre indivíduos e, possivelmente, entre grupos sociais e econômicos (HARRIS; ROSS, 1987).

Os avanços técnicos na produção de alimentos garantiram às populações maior sobrevivência e melhor adaptação ao ambiente quando comparado aos caçadores-coletores, como também uma nova organização econômica que separou as atividades domésticas das públicas. Isso acarretou uma nova divisão sexual do trabalho, pois as mulheres encarregaram-se das atividades domésticas, o que inclui o cuidado com os filhos, enquanto os homens tinham a atribuição de prover o alimento. Além disso, surge uma divisão sexual do poder, em que a mulher torna-se submissa ao homem (RODRIGUES, 2008).

Neste período, ter muitos filhos era visto de forma favorável dentro dos grupos, pois estes poderiam ajudar na produtividade da família. Logo, gerou-se um aumento da fecundidade graças à nova relação dos custos/benefícios dos filhos (BACCI, 1999). Além disso, a condição sedentária nas sociedades agrárias, ainda que tenha ocasionado uma maior vulnerabilidade à morte entre eles, aumentou a presença dos homens em casa e, conseqüentemente, a frequência de coito. A formação de extensas redes de parentesco e a criação dos conceitos de paternidade e propriedade privada também gerou um maior interesse por parte dos homens em definir a transmissão de seus bens e usufruir dos benefícios de ter filhos (RODRIGUES, 2008)

Observa-se, no entanto que, entre esse dois tipos de sociedades, há uma preocupação em equilibrar a sua reprodução e a produção de alimento, todavia, os

casais praticavam uma fecundidade natural¹. A diferença era que nas sociedades dos caçadores-coletores as mulheres tinham maior autonomia para decidir quantos filhos teriam, ao contrário das mulheres nas sociedades agrárias, já que nesta última os homens determinavam o número de filhos que iriam sobreviver ou não.

2.1.2. O regime da fecundidade: o caso eurocêntrico

O período denominado Revolução Demográfica vai do final do século XVIII até os anos 30 do século XX, intervalo em que a população, principalmente europeia, cresce mais rapidamente em comparação aos períodos anteriores. Ele pode ser dividido em duas fases: a primeira, com o início da transição demográfica², em que há altas taxas de natalidade e queda nas taxas de mortalidade; e a segunda, com o fim dessa transição, quando as taxas de natalidade e mortalidade sofrem quedas. Há vários motivos que levaram para essa segunda fase da transição como a rápida acumulação de recursos, o controle do meio ambiente, as melhorias no saneamento básico e condições alimentares, a consolidação do capitalismo e a combinação de fatores sociais e econômicos (BACCI, 1999). Contudo, não faz parte desse trabalho explicar minuciosamente as distintas teorias sobre a transição demográfica, e sim, situá-la no contexto dos diferentes momentos demográficos nas sociedades, como forma de observar o comportamento dos casais perante a fecundidade.

Tratando da fecundidade, observa-se que ao longo do tempo houve um descenso do número de filhos por mulher de forma gradual e diferenciada nos diversos países da Europa. Este foi um período de grandes mudanças, tanto na dinâmica populacional quanto na organização social. As pessoas tiveram que se ajustar a um novo ecossistema – zonas urbanas –, à perda da economia de subsistência, a novas formas de trabalho e remuneração, ao desaparecimento da família como unidade de produção e consumo, entre outros (HARRIS; ROSS, 1987).

¹ Classificam como fecundidade natural aquela que não é voluntariamente controlada, ou ainda, onde o comportamento sexual do casal não muda em função do número de filhos tidos. Esta pode apresentar níveis distintos, já que o comportamento sexual dos casais pode ser influenciado pelos tabus, a frequência de relações, a duração da amamentação entre outros (BACCI, 1999). Ou seja, há um controle em ter filhos, mas não na decisão em parar de tê-los.

² Período onde ocorre a passagem de um ponto de estabilidade demográfica a outro (PATARRA; OLIVEIRA, 1985).

Com a consolidação do capitalismo, as mulheres tiveram que conciliar os papéis produtivos e reprodutivos, tornando-os contraditórios à medida que o sustento da família já não estava mais concentrado no domicílio e sim no âmbito público. Com isso, gera-se uma quebra entre família e economia, residência e empresa, gerando um ônus para muitas mulheres (RODRIGUES, 2008). Bacci (1999) exemplifica essas mudanças através de alguns indicadores demográficos para a Itália em 1881 e 1981, e cita que, num primeiro momento, o número de filhos por mulher naquela localidade era de 4,98, em média, e em 1981, 1,58, indicando que essas populações estavam inseridas no processo de transição da fecundidade.

Há várias teorias explicativas para esse processo de transição na Europa. As de abordagens *macroeconômicas* – defendidas, por exemplo, por Notestein (1945) e Coale (1979) –, que, de forma sucinta, justificam a queda da fecundidade nos países da Europa ocidental graças à modernização. Em outra perspectiva, têm-se aqueles que enxergam a queda da fecundidade como uma decisão inerente da unidade familiar, logo, sob um olhar mais *microeconômico*, como Becker (1991). Para este autor, há uma racionalidade por parte do casal em ter ou não filhos, em que estes são pensados como um bem e, conseqüentemente, estão sujeitos às restrições orçamentárias do casal e aos preços relativos dos outros bens. No entanto, dar-se-á maior ênfase aos teóricos cuja abordagem tenha um cunho mais cultural, de forma a subsidiar uma discussão a respeito das associações entre a fecundidade das mulheres indígenas e seu capital cultural e econômico.

Ainda é notória a lacuna existente de trabalhos que buscam entender os determinantes da fecundidade dos povos indígenas no Brasil. Dentro desta linha de pesquisa, a título de exemplo, podem-se citar os trabalhos de Pagliaro (2002), Azevedo (2003), que buscaram entender os determinantes da fecundidade de populações indígenas específicas da Amazônia a partir de algumas variáveis que Davis e Blake (1956) intitularam por “variáveis intermediárias”. Com um olhar mais sociológico ao fenômeno, estes últimos explicaram a queda da fecundidade através de mecanismos institucionais como as relações de parentesco e a família. Para compreender o processo reprodutivo na cultura humana, fazem uso de “variáveis intermediárias”, que são divididas da seguinte forma:

- *relações sexuais* – idade de ingresso à união, celibato permanente, período perdido antes e depois da união, abstinência voluntária e involuntária, frequência de coito;
- *concepção* – fertilidade voluntária e involuntária, uso ou não de contraceptivos;
- *gestação e parturição* – mortalidade fetal voluntária e involuntária.

A partir dessas “variáveis intermediárias/próximas”, é possível selecionar e analisar os fatores culturais que podem ter um efeito positivo ou negativo na fecundidade. Por exemplo, em sociedades em que o clã exerce grande influência, os casamentos são arranjados pelos anciões e, muitas vezes ocorrem antes da puberdade. Assim, o ingresso à união em idades muito jovens pode altar o nível de fecundidade desses.

Partindo disso, os autores argumentam que sociedades com organizações sociais diferentes podem não apresentar distintas relações com as variáveis intermediárias, por exemplo, a idade ao casar pode ser a mesma para uma tribo nômade quanto para uma aldeia agrária. Assim como, por não se manifestarem da mesma forma com todas essas variáveis, resultariam em níveis de fecundidade diferentes. Portanto, os aspectos socioculturais de uma determinada sociedade estariam regendo seu nível de fecundidade, o que nem sempre possa representar uma tentativa racional de controlar a fecundidade.

Já para Caldwell (1975), havia somente dois tipos de regimes da fecundidade: um em que há um ganho econômico em restringir a fecundidade e outro não. Nos dois casos, há um comportamento não só racional como economicamente racional, que define um largo número de filhos ou não. Para este autor, as sociedades podem ser divididas em três tipos:

- *Sociedade primitiva*: caçadores-coletores que viviam sem o impacto do Estado ou da religião. O clã, a tribo ou a vila constituíam a organização institucional, onde muitas vezes o tamanho do grupo representava uma medida de segurança. Deste modo, as redes de parentesco se tornam importantes para aumentar a cooperação dos grupos. Além disso, são populações que não separam sociedade e economia;

- *Sociedades tradicionais*: sociedades agrárias que sofriam o impacto das instituições (Estado e religião). O sistema familiar desta, juntamente com a mudança econômica, ajudava a sustentar uma alta fecundidade. Nesta e na sociedade primitiva, o papel da criança era: trabalhar para os pais; cuidar dos pais na velhice; reforçar o poder político da família; e promover a sobrevivência da linhagem. Portanto, nestas sociedades o fluxo intergeracional partia das crianças para os pais. Assim, a fecundidade aqui era limitada por todos os tipos de razões não econômicas, como: o espaçamento entre os nascimentos - de modo a conter a mortalidade infantil e maximizar o número de filhos vivos; a abdição das relações sexuais das mulheres com o nascimento do primeiro neto; ou ainda, quando o marido trocava de mulher ou migrava; ou porque as mulheres se sintam cada vez mais velhas ou agredidas pela gravidez.
- *Sociedades no período transicional*: sofreram uma rápida mudança no estilo de vida e uma forte redução da fecundidade. Nesta sociedade, o fluxo intergeracional parte dos pais para os filhos.

Sendo assim, a adoção de uma cultura diferente - através da modernização - nas sociedades transacionais, por exemplo, é a resposta para nucleação emocional da família, que gastam cada vez mais com seus filhos e pouco exigem e recebem em troca. Portanto, o nível de fecundidade economicamente racional seria condicionado pelo fluxo intergeracional de riquezas das famílias, em que há um fluxo dos pais para crianças e, em outro momento, das crianças para os pais.

Em contrapartida, Knodel e Van de walle (1979) explanam como atitudes culturais inovadoras podem limitar o tamanho das famílias a partir de um processo de inovação-difusão, que não depende das condições socioeconômicas. Eles justificam isto com exemplos de localidades próximas, na Europa, com condições socioeconômicas similares, mas que iniciaram o período de transição em épocas diferentes, e outras com diferentes níveis socioeconômicos, porém com culturas semelhantes, que iniciaram a transição ao mesmo tempo. Em síntese, para eles, as diferenças culturais em termos de linguagem, religião, costumes ou valores podem ser um componente facilitador ou não para adoção da limitação das famílias.

Bixby e Casterline (1995) tratam a mudança dos níveis de fecundidade contemporânea a partir do processo de difusão por meio da interação social. Sua

hipótese concentra-se na premissa que a adoção do controle da natalidade por alguns indivíduos influencia na probabilidade de adoção por outros. Ao analisarem o declínio, rápido e recente, da fecundidade na Costa Rica, observaram que as mudanças estruturais na economia e na sociedade não eram suficientes para explicar a fecundidade daquele país. Além disso, sua transição caracteriza-se por apresentar quedas da fecundidade, inicialmente, nas classes mais favorecidas e que rapidamente se permeavam por todos os estratos sociais, sugerindo, assim, um alto contágio social. A partir dos dados quantitativos, estimaram que os efeitos de difusão eram mais fortes nas etapas iniciais da transição da fecundidade naquele país, em que a interação com amigos e parentes constituía o canal mais importante para a propagação da mensagem. Neste trabalho também foram utilizados dados qualitativos que corroboraram para a confirmação de sua hipótese.

Portanto, Bixby e Casterline seguem o princípio do argumento difusionista, em que o controle da fecundidade começa em certos grupos antes de outros. Estes acreditam que há três mecanismos de comportamento para esse processo: o fluxo de informação; o efeito demonstração; e as mudanças no contexto normativo. Isto porque os indivíduos conversam entre si e se observam mutuamente e, ao fazê-lo, transmitem informação, crenças e valores em matéria reprodutiva e, conseqüentemente, influenciam uns aos outros. Logo, a difusão por interação social agrega uma nova dimensão causal ao paradigma: a adoção do controle da natalidade depende não somente de fatores pessoais e institucionais da oferta e demanda, mas também do grau em que outros indivíduos tenham adotado o planejamento familiar e a intensidade da interação entre usuários e não usuários.

2.1.3. O regime de fecundidade na América Latina, especialmente no Brasil

As populações dos chamados países em desenvolvimento tiveram outro ritmo e comportamento em comparação aos países europeus. Enquanto, o regime demográfico vivenciado, principalmente, pelos países europeus, entre os anos de 1940 até a atualidade, é caracterizado como um período de crescimento vegetativo muito baixo - inferior a 1% ao ano ou ainda negativo - onde a taxa de natalidade é inferior à de mortalidade. Os países da América Latina estão em processo de desaceleração do

crescimento populacional, já que iniciaram a queda da mortalidade somente na primeira metade do século XX - intensificada depois da Segunda Guerra Mundial -, e somente a partir da década de 1960, o declínio da fecundidade (CHACKIEL, 2004). Por isso, esse tópico se dedicará à explicação da transição da fecundidade na América Latina e, mais especificamente, no Brasil.

Grande parte dos países em desenvolvimento tinha uma fecundidade estável até o início da transição. Entre 1950 e 1960, o nível de fecundidade da América Latina era superada somente pela África – esta última com 6,8 filhos, em média, por mulher – e em pouco tempo atingiram o patamar de 2,8 filhos (CHACKIEL, 2004). Contudo, cada país que compõe a América Latina teve um ritmo nesse processo. Chackiel (2004) e Schkolnik (2004) classificaram esses países, com base nos dados de 2000, em níveis de fecundidade e estágio do processo de transição entre:

- Incipiente – com TFT maior do que 5 filhos por mulher ($TFT > 5$);
- Moderada – com TFT maior e igual a 4 e menor do que 5 filhos por mulher ($4 \leq TFT < 5$);
- Em plena transição – com TFT maior e igual a 3 e menor do que 4 filhos por mulher ($3 \leq TFT < 4$);
- Avançada – com TFT maior e igual a 2,4 e menor do que 3 filhos por mulher ($2,4 \leq TFT < 3$);
- e muito avançada – com TFT menor do que 2,4 filhos por mulher ($TFT < 2,4$).

A partir dessa classificação, utilizou-se as estimativas realizadas pelo CELADE para apresentar os níveis de fecundidade para períodos mais recentes, 1995-2000 e 2005-2010, conforme apresenta o **Quadro 2.1**.

Segundo o CELADE, a Guatemala e o Haiti eram os únicos países da América Latina com uma transição incipiente – ou seja, com TFT maior que 5 filhos, em média, por mulher – em 1995-2000, passando, em 2005-2010, para moderada e em plena transição, respectivamente. Entre aqueles que estavam entre os de transição moderada, em 1995-2000, Nicarágua foi o único que, em 2005-2010, situou-se entre aqueles de transição avançada, enquanto os demais países se encontravam em plena transição. Em 1995-2000, a maior parte dos países da América Latina como México, Venezuela, Brasil e Equador estavam em uma transição de estágio avançada - com TFT entre 2,4 e

3 filhos, em média, por mulher -, mas no período seguinte atingiram o estágio mais avançado da transição. Enquanto isso, Cuba e Chile já estavam no estágio mais avançado da transição, entre 1995/2000, não retrocedendo em 2005/2010.

Quadro 2.1 – Distribuição dos países da América Latina segundo o estágio da transição da fecundidade – 1995/2000 e 2005/2010.

Estágio da Transição	Países	
	1995/2000	2005/2010
Incipiente (TFT > 5 filhos)	Guatemala, Haiti	
Moderada ($4 \leq \text{TFT} < 5$)	Bolívia, Honduras, Paraguai, Nicarágua	Guatemala
Em plena transição ($3 \leq \text{TFT} < 4$)	Guiana Francesa, Belize, Peru, El Salvador, Equador	Haiti, Paraguai, Bolívia, Honduras, Guiana Francesa
Avançada ($2,4 \leq \text{TFT} < 3$)	Venezuela, República Dominicana, Colômbia, Suriname, Panamá, México, Jamaica, Costa Rica, Argentina, Brasil, entre outros	Nicarágua, Belize, El salvador, Peru, Equador, Panamá, República Dominicana, Venezuela
Muito avançada ($\text{TFT} < 2,4$)	Cuba, Chile, Barbados	Colômbia, Suriname, Jamaica, Argentina, Brasil, Uruguai, Bahamas, Santa Lúcia, São Vicente e Granadinas, México, Cuba, entre outros

Fonte: CELADE/ UNFPA.

No caso brasileiro, as mudanças nos níveis de fecundidade e nos padrões reprodutivos dos casais tiveram início na década de 40, nos estados do Rio de Janeiro e São Paulo e parte da Região Sul, propagando-se para o resto do país somente na

década de 70 e 80, inclusive nas áreas rurais e nos grupos sociais mais pobres (SIMÕES, 2006).

Antes do período de transição, o casamento, os filhos e a vida religiosa faziam parte da trajetória de vida das mulheres brasileiras (LONGO, 2011). A maternidade era uma missão feminina importante, e a mãe representava o respeito, amor, generosidade e a renúncia em prol do filho (RODRIGUES, 2008). Por isso, o aborto, o infanticídio e os métodos contraceptivos não eram aceitos ou mesmo divulgados, o possivelmente, corroboravam para manter os altos níveis de fecundidade daquele período.

Contudo, com a desarticulação da produção da economia de subsistência³, a família trabalhadora sai a buscar trabalho remunerado nas áreas urbanas, desequilibrando, assim, o antigo regime de fecundidade (SIMÕES, 2006). Como resultado, tem-se um aumento dos custos de alimentação, transporte e moradia nas áreas urbanas que gera um custo na criação dos filhos e uma ruptura de famílias estendida para nucleares, criando, assim, uma reversão dos fluxos geracionais (ALVES, 1994; SIMÕES, 2006). Isto fica claro quando se analisa a TFT nos Estados brasileiros na década de 70, onde o Acre – até então com um processo de urbanização incipiente – tinha um nível de 9,9 filhos por mulher, e São Paulo – mais urbanizado – apresentava uma TFT de 3,9 filhos (SIMÕES, 2006).

Nesse sentido, a perspectiva sociológica introduzida no presente estudo permite reconhecer uma relação dialética entre sujeito (micro) e sociedade (macro), em que a cultura – instrumento de construção do mundo, definindo o que é bom ou ruim, aceitável ou inaceitável – torna possível o *consensus* do sentido do mundo social, contribuindo, desta forma, para a reprodução da ordem social (BOURDIEU, 2000). Desta forma, aplica-se os conceitos de capital cultura e econômico, utilizados por Bourdieu, para buscar entender os níveis de fecundidade das mulheres autodeclaradas indígenas no Brasil.

³ Ou seja, a transformação do modo de produção familiar para outro de base não-familiar (produção capitalista) (ALVES, 1994).

2.2. Conceito e dinâmica do capital cultural e econômico

O conceito de cultura é bastante discutido na Antropologia. Dentre suas conceituações, a primeira a ser desenvolvida foi a de Tylor, em 1871, em que o conjunto de tradições, condutas e estilos de vida são aprendidos e socialmente adquiridos. Parte da cultura de uma sociedade se mantém devido ao processo denominado *endoculturação*, em que um indivíduo mais jovem aprende, de forma consciente e inconsciente, a adotar modos de pensar e se comportar por meio do incentivo e/ou obrigação das gerações com mais idade (HARRIS, 2004). Contudo, esse processo, sozinho, não poderia explicar a reprodução cultural de um grupo.

Como já citado, para Bourdieu (2000), a cultura – ou os “sistemas simbólicos”, como a arte, religião, língua e ciência - é um instrumento de conhecimento e construção do mundo. Esta tem tanto o poder de unir quanto de separar, legitimando as distinções culturais a partir do momento que sujeita todas as culturas (ou subculturas) a definirem-se pela sua distância em relação à cultura dominante. Portanto, a cultura encontra-se associada aos efeitos da dominação simbólica, em que sistemas simbólicos (cultura) dominantes ou legítimos numa determinada configuração social são construídos e operados pelos grupos dominantes.

Cabe ressaltar que uma cultura torna-se legítima porque faz parte de um grupo que, através das lutas entre os diferentes grupos sociais, tornou-se dominante, e não porque carrega em si algum elemento superior (ALMEIDA, 2007). Por isso, o capital cultural tornou-se uma ferramenta importante para assimilar a dimensão simbólica da luta entre os diferentes grupos sociais. Entretanto, sua utilização exige:

“ (...) dispositivos que arbitrem e definam a cultura de um determinado grupo como a cultura legítima e que se constituam como instância de validação da posse dessa (ou do pertencimento a essa) cultura, emitindo indicadores, na forma ou não de certificados, que dão entrada às posições reservadas àqueles que detêm essa cultura” (ALMEIDA, 2007, p.50).

O conceito de capital cultural e econômico emerge de evidências empíricas, descritas em trabalhos como *Os herdeiros* (BOURDIEU; PASSERON, 2009) e *A reprodução: Elementos para uma teoria do sistema de ensino* (BOURDIEU; PASSERON, 2012), em que as limitações do conceito de capital econômico não eram suficientes para explicar a relação entre nível socioeconômico e um bom desempenho escolar no sistema de ensino francês. Dessa forma, o autor lança mão de uma

abordagem com outras formas de capitais, tais como o capital social e cultural, em que as duas últimas interagem com o capital econômico e contribuem diretamente para explicar as desigualdades no âmbito escolar.

O termo “capital” é utilizado por Karl Marx para definir o produto da mais-valia produzida pelo trabalhador e apropriada pelos donos dos meios de produção. Na economia clássica, o termo tem o objetivo de expressar o produto do trabalho utilizado para a produção de outros bens (ARAUJO, 2003). Bourdieu se apropria desse termo com o objetivo de indicar, de forma metafórica, as vantagens culturais e sociais que indivíduos ou famílias possuem e que, conseqüentemente, os levam a um nível socioeconômico mais elevado (BONAMINO *ET AL.*, 2010).

Como capital econômico, pode-se definir todos os fatores de produção – por exemplo, terras, fábricas, trabalho – e o conjunto de bens econômicos – por exemplo, renda, patrimônio, bens materiais. Este é acumulado, reproduzido e ampliado por meio de estratégias específicas de investimento econômico e de outras relacionadas a investimentos culturais e à obtenção ou manutenção de relações sociais (BONAMINO *ET AL.*, 2010).

Já o capital cultural de um indivíduo tem forte elemento intergeracional, em que os pais passam para os filhos toda sua carga cultural. Ou seja, dentro do espaço familiar ocorre uma transmissão do capital cultural que requer um trabalho de inculcação e assimilação de valores e ideias dos pais para os filhos. Logo, crianças oriundas de classes mais favorecidas possuem, inicialmente, um privilégio cultural frente às outras de diferentes classes sociais, pois aquelas são mais familiarizadas com a cultura dominante – tanto para os hábitos utilizados nas tarefas escolares quanto para seu “bom-gosto” para o teatro, a música, o cinema e a língua culta - e, assim, possuem um conhecimento mais rico e extenso (BOURDIEU, 2013). Sendo assim, a herança cultural de um indivíduo é responsável, inicialmente, pelas distinções de classes. Além disso, o indivíduo também adquire capital cultural por meio de suas interações sociais. Dessa forma, a herança cultural e as interações sociais funcionam inseparavelmente, reproduzindo valores, costumes e ditando regras.

Portanto, “o capital cultural é um ter que se tornou ser, uma propriedade que se fez corpo e tornou-se parte integrante da pessoa, um *habitus*” (BOURDIEU, 1999; p. 72). A partir do capital cultural é possível observar a relação entre indivíduo (micro) e sociedade (macro), pois o *habitus* configura um sistema de esquemas individuais

adquirido nas e pelas experiências práticas (ou seja, do que ocorre no presente através das interações sociais) e constantemente dirigido por funções e ações do agir cotidiano (todos os saberes adquiridos a partir da herança cultural, ou seja, do que foi inculcado no passado). Destarte, não configura-se como um instrumento unidimensional, já que carrega a noção que todo indivíduo é resultado da história de seu campo social e de experiências acumuladas durante sua trajetória (SETTON, 2002).

O este capital se distingue em três formas:

- *estado incorporado*: está relacionado ao corpo como, o domínio maior ou menor da língua culta (herança familiar) ou o hábito de leitura familiar. Este tipo de capital cultural demanda tempo e um trabalho de inculcação e assimilação para que ocorra sua incorporação;
- *estado objetivado*: é transmitido em sua materialidade através dos bens culturais, tais como livros, rádio, televisão, pinturas, entre outros, em que há a presença de um conhecimento prévio que possibilita sua ótima utilização – ou seja, da presença de capital cultural no estado incorporado. Portanto, os bens culturais em forma de matéria, pressupõe o capital econômico, e de forma simbólica, pressupõe o capital cultural;
- e o *estado institucionalizado*: figura-se através de um agente institucional sob a forma de um diploma, por exemplo.

Quando trata-se da dinâmica do capital econômico e cultural, Bourdieu, observa que estes não se distribuem da mesma forma nas diferentes classes sociais, já que o espaço social é visto como um campo de lutas, em que os agentes criam estratégias que permitem manter ou melhorar sua posição social. Essa distinção fica clara quando se verifica, por exemplo, o capital de um profissional liberal – como, médico e advogado –, que junta um elevado capital cultural a remunerações bastante elevadas (elevado capital econômico), e de um professor, que tem o domínio de um elevado capital cultural, porém não é acompanhado de um elevado capital econômico (BOURDIEU, 2013).

Portanto, partindo-se da premissa que todo comportamento humano está constituído por instituições sociais e ideologias (cultura) do grupo social dos quais os

atores sociais participam, e que a cultura não é algo estático ou exclusivo de um grupo, e sim, dinâmico e sujeito às relações sociais, tem-se uma expressão simbólica constantemente negociada que pode ocasionar mudanças de comportamento (HAMMEL, 1990). A partir disso, o conceito de capital cultural e econômico torna possível identificar o comportamento frente à fecundidade das mulheres indígenas, ditado pela sociedade (fatores macro), assim como das orientações do indivíduo (fatores micro).

2.3. Os povos indígenas no Brasil

2.3.1. Definindo o ser “indígena”

O Brasil, em comparação aos outros países da América Latina, exibe um contingente de populações indígenas significativo, ainda que estas representem somente 0,4% da população total do país, em 2010 (IBGE, 2012). Contudo, faz-se necessário definir o que é um “índio”, principalmente no Brasil, onde há uma diversidade de povos com características e contextos históricos diversos.

Segundo a Convenção 169 sobre povos indígenas e tribais realizada pela OIT - Organização Internacional do Trabalho (2011, p. 15), os povos tribais e indígenas são classificados da seguinte forma:

- a) povos tribais em países independentes cujas condições sociais, culturais e econômicas os distingam de outros segmentos da comunidade nacional e cuja situação seja regida, total ou parcialmente, por seus próprios costumes ou tradições ou por uma legislação ou regulações especiais;
- b) povos em países independentes considerados indígenas pelo fato de descenderem de populações que viviam no país ou região geográfica na qual o país estava inserido no momento da sua conquista ou colonização ou do estabelecimento de suas fronteiras atuais e que, independente de sua condição jurídica, mantêm algumas de suas próprias instituições sociais, econômicas, culturais e políticas ou todas elas.

Cada povo possui uma organização social, uma cultura e economia próprias; chamá-los de “indígenas”, como bem cita Luciano (2006), é somente uma forma de unir estes povos distintos com o objetivo de lutar por direitos e interesses comuns. Entretanto, este sentimento de luta pelos seus direitos e a reafirmação como indígena é algo recente. Até a década de 70, quem se autodeclarava como indígena estava sujeito a ser discriminado como inferior ou culturalmente inferior. Por isso, “caboclo” seria uma maneira de classificar esses indígenas, que já tinham um contato maior com a

sociedade envolvente, como indivíduos “civilizados”, assim, mascarava-se a estratégia da classe dominante de não garantir os direitos desses povos e extinguir seus aldeamentos (LUCIANO, 2006).

2.3.2. Considerações sobre as fontes de dados dos povos indígenas no Brasil

Os povos indígenas podem ser contabilizados pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI), Secretaria Especial da Saúde Indígena (SESAI), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), entre outras. Além dessas, os censos participativos ou pesquisas etnográficas fornecem informações sociodemográficas de grande valia para essas populações, como as realizadas, por exemplo, por: Azevedo (2003) – aos indígenas do Alto Rio Negro/AM; Teixeira (2004) – ao povo Sateré-mawé/AM; Teixeira e Costa (2012) – ao Xukuru do ororubá/PE.

A SESAI trabalha com as populações reconhecidas e registradas por ela, ou seja, não dispõe de informações das populações residentes fora das terras indígenas⁴. Por meio dos Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEI), gera dados tanto demográficos quanto epidemiológicos, porém não os disponibiliza de forma ampla no Sistema de Informação da Atenção à Saúde Indígena – SIASI (PAGLIARO; AZEVEDO, 2005).

O IBGE utiliza o método de autodeclaração em seus questionários, assim capta os indígenas da cidade e aqueles que estão fora ou dentro das terras indígenas. Porém, não inclui os “índios isolados” ou aqueles que estão em processo de reafirmação étnica. Neste trabalho, em virtude das disponibilidades de dados conforme esclarecido acima, utilizou-se as informações do Censo Demográfico 2010 para alcançar os objetivos propostos, que será mais bem explicado a seguir.

Com o objetivo de apresentar uma trajetória da investigação desse segmento populacional nos Censos Demográficos no Brasil, buscou-se sintetizar as informações quanto à realização censitária e a categorização do quesito *cor* demonstrada no

⁴ A Terra Indígena (TI) é um espaço geográfico destinado aos povos indígenas. O objetivo dessas terras é perpetuar a reprodução física, cultural e espiritual dos mesmos. Nela é possível encontrar escolas com ensino-aprendizagem diferenciado e postos de saúde exclusivos através dos Distritos Sanitários Especiais indígenas (DSEI). Seu processo de demarcação passa pelas seguintes etapas: em estudos – processo de estudos realizados por um grupo de pesquisadores que fundamentam a delimitação dessa terra; delimitadas – conclusão do estudo e publicação no Diário Oficial da União pela FUNAI; declaradas – autorizadas para demarcação; homologadas – homologadas pela Presidência da República; e regularizadas – registradas em cartório em nome da União e no Serviço de Patrimônio da União (IBGE, 2012).

Quadro 2.2. O primeiro Censo Demográfico que incluiu o quesito *cor* no Brasil foi o de 1872, com as seguintes opções: branco, preto, pardo e caboclo. Com a categoria “caboclo” identificava-se os indígenas catequizados, ou seja, somente aqueles que tinham uma interação com a sociedade envolvente (OLIVEIRA, 2003; OLIVEIRA, 2011). Portanto, não era possível distinguir os diversos povos indígenas existentes, muito menos sua língua falada.

Quadro 2.2 – Censos Demográficos realizados no Brasil e as categorias investigadas no quesito *cor*, no período entre 1892 a 2010.

Anos censitários	Realização do Censo	Cor
1872	X	branco, preto, pardo e caboclo
1890	X	branco, preto, mestiço e caboclo
1900	Incompleto	-
1910	-	-
1920	X	-
1930	-	-
1940	X	branco, preto e pardo
1950	X	branco, preto e pardo
1960	X	branco, preto, pardo, amarelo e indígena
1970	X	-
1980	X	branco, preto, pardo e amarelo
1991	X	branco, preto, pardo, amarelo e indígena
2000	X	branco, preto, pardo, amarelo e indígena
2010	X	branco, preto, pardo, amarelo e indígena

Fonte: Oliveira, 2003.

No censo seguinte (1890), retira-se a cor *parda* para incluir *mestiço*, como forma de amenizar a escravidão, enquanto as demais permanecem sem alteração. O número de indivíduos declarados como *caboclo* aumenta significativamente nesse período, correspondendo a 9,6% da população total (OLIVEIRA, 2011).

O segundo Censo⁵ (1920) realizado no período da República Velha não quantificou as populações indígenas, pois o quesito *cor* foi eliminado do questionário. Nos censos subsequentes, de 1940 e 1950, não havia naquele quesito uma categoria que poderia identificar somente os indígenas. Porém, nestes, era possível captar a

⁵ Vale ressaltar que antes do Censo Demográfico de 1920 houve um levantamento censitário em 1900, porém este apresentou erros e omissões nos seus primeiros resultados, que gerou o cancelamento de toda a operação. Portanto, tornou-se um Censo incompleto e com baixa credibilidade (OLIVEIRA, 2003). Além disso, os Censos previstos para 1910 e 1930 não chegaram a ser realizados por motivos de ordem política.

língua falada no domicílio, assim, viabilizava-se a identificação daqueles que falavam a língua indígena. Neste período, contabilizou-se 58.027 indígenas, em 1940, e 46.208, em 1950 (OLIVEIRA, 2011).

A partir do Censo Demográfico de 1960 inclui-se a categoria “índio” no quesito *cor/raça*. Todavia, não captava-se todos os indígenas, já que aquele quesito não era inserido no questionário aplicado às pessoas que viviam fora dos aldeamentos ou postos indígenas, ou seja, os indígenas residentes na cidade ou fora dos territórios indígenas. O Censo subsequente (1970), realizado no auge do ciclo autoritário, não investiga o quesito *cor*. Já o Censo Demográfico de 1980 retorna com aquele quesito, porém sem a categoria “indígenas”. Somente com os Censos de 1991 e 2000 é possível identificar as pessoas autodeclaradas indígenas no país que, diferentemente do Censo de 1960, aplicam o quesito *cor* para todos os indivíduos investigados no questionário da amostra⁶.

A volta do quesito *cor/raça*, no Censo 1991, responde a demanda de movimentos étnicos para incentivar as pessoas negras e mestiças a declarar sua *cor/raça*, com o objetivo de não só problematizar a questão racial no país como também ser útil as suas reivindicações políticas (OLIVEIRA, 2003). Neste recenseamento foram investigados os indígenas moradores de missões religiosas, postos indígenas da FUNAI, e de áreas urbanas. Sendo assim, para o ano de 1991, deixa-se de contabilizar os indígenas que habitavam as áreas onde a FUNAI ainda não mantinha contato. No Censo subsequente, há uma maior e melhor cobertura dos dados para este segmento populacional em comparação ao anterior, mas não é possível conhecer a filiação étnica dos mesmos (PAGLIARO; AZEVEDO; SANTOS, 2005). Esses dois censos utilizam uma pesquisa domiciliar por amostra que, no âmbito de populações indígenas, geralmente reduzidas, inviabiliza qualquer enfoque temporal relativamente à sociodemografia de povos indígenas específicos, pois pode não representar o volume real desse segmento populacional (TEIXEIRA; COSTA, 2012). Logo, a subjetividade do quesito aliada à amostragem utilizada torna mais complexa a comparação entre os censos.

O Censo 2010 dá continuidade ao quesito *cor/raça*, ampliando seu critério para classificação dos povos indígenas através dos quesitos de “idioma ou língua falada” e

⁶ Questionário aplicado aos domicílios selecionados a partir de uma fração amostral, que inclui um rol de quesitos (108, no total) que tratam de questões habitacionais, educação, fecundidade, entre outros. Nele constam também os quesitos do Questionário Básico, aplicado ao total da população (IBGE, 2012).

“pertencimento étnico”, além de permanecer com a autodeclaração e a localização geográfica. Como já citado acima, o quesito *cor* foi inserido no questionário da amostra nos Censos de 1991 e 2000, contudo, no Censo de 2010, aquele foi questionado no questionário básico (universo). Sendo assim, tem-se um Censo que investiga para a totalidade da população um conjunto de informações acerca do pertencimento étnico que possibilita um maior entendimento sobre os indígenas.

Ainda que este último Censo represente um avanço em termos de conhecer a sociodiversidade dessas populações, a inclusão dos quesitos de “pertencimento étnico” e “língua falada” pode ter influenciado na redução do número de indivíduos que se autodeclararam indígenas, principalmente nas áreas urbanas. A explicação para tal fenômeno como justificativa não é encontrada em nenhuma das componentes demográficas (natalidade, mortalidade e/ou migração) (TEIXEIRA; SANTOS, 2011). De qualquer forma, o censo 2010 representa um rol de variáveis de rica diversificação, necessárias ao estudo proposto.

2.3.3. O comportamento da fecundidade dos povos indígenas

A transição demográfica não está ocorrendo somente entre a população não-indígena, mas também, ainda que bastante timidamente, entre populações específicas como os povos indígenas. Entre 1991 e 2000, as mulheres que se autodeclararam indígenas nos respectivos censos demográficos apresentaram uma queda da fecundidade de quase 30%, tendo, em média, pouco menos de 4 filhos em 2000, e não sofrendo alteração no Censo Demográfico de 2010 (IBGE, 2005; CRUZ ET AL., 2014). Decerto, grande parte dessa para esse descenso vem das mulheres residentes da área urbana, já que os níveis de fecundidade das mulheres da zona rural atingiram patamares ainda altos e estáveis em comparação com as mulheres não indígenas – de aproximadamente 6 filhos, em média, por mulher para o ano de 2000, e 5 filhos para o ano de 2010 (IBGE, 2005; CRUZ ET AL., 2014). Portanto, os níveis de fecundidade nestas populações ocorrem em graus diferenciados, dependendo, por exemplo, da situação do domicílio.

As mulheres autodeclaradas indígenas residentes nas regiões Norte e Centro-Oeste, de forma geral, apresentam altos níveis de fecundidade em comparação com as demais regiões do país (IBGE, 2005; CRUZ ET AL., 2014). Vale ressaltar que essas

populações configuram um cenário diferenciado para povos indígenas residentes nas demais regiões. Isto porque grande parte das 505 terras indígenas divulgadas⁷ pelo IBGE, em 2010, situa-se na Amazônia Legal, reafirmando a importância dessas regiões para as populações indígenas, já que a Terra Indígena representa um elemento central para a sobrevivência física e cultural desse segmento (IBGE, 2010). Por isso, a Região Norte apresenta o maior número de populações indígenas no país, onde a porcentagem de mulheres autodeclaradas indígenas em idade reprodutiva – ou seja, de 15 a 49 anos – é maior nas áreas rurais, diferentemente das demais regiões do país. Além disso, estudos de caso em populações específicas nestas duas regiões revelam um comportamento diferenciado perante a fecundidade, na contramão daquela apresentada pela média nacional.

Dentre esses estudos de caso, pode-se citar o trabalho de Junqueira *et al.* (2005) que ao analisarem o comportamento reprodutivo dos kamaiurá, residentes do Parque Nacional do Xingu – situado no Estado do Mato Grosso –, observaram que as mulheres na década de 70 tinham, em média, 2,4 filhos, passando para 4 filhos, em 2003. Segundo os autores, este comportamento é derivado de uma elaboração cultural interna, que não sofreu influência da sociedade envolvente. Os baixos níveis de fecundidade encontrados ocorreram devido à presença de normas sociais que afetavam as chamadas variáveis intermediárias de Davis e Blake (1956), como: a prática do aborto ou ervas capazes de evitar a gravidez; o prolongamento da amamentação das crianças, diminuindo, assim, o tempo fecundo da mulher. Ressalta-se que essas mudanças ocorreram em meio a uma maior familiaridade desses indivíduos com a vida urbana, em que tratores, motores de popa, aparelhos de televisão e rádio estavam presentes no seu cotidiano.

Já Pagliaro (2002) encontrou entre os Kaiabi, também residentes no Parque Nacional do Xingu, uma TFT de 6,0 filhos nascidos vivos, em média por mulher, na década de 70, para outra, de 9,5 filhos, entre 1990-1999. Segundo a autora, a melhoria das condições de saúde e de sobrevivência dessa população foi um dos fatores que influenciaram no aumento da fecundidade desses. Além disso, os padrões reprodutivos caracterizados por curtos intervalos de tempo entre os nascimentos e pelo início

⁷ Em 2010, o IBGE cadastrou 516 terras indígenas em sua base territorial. Contudo, 11 dessas não foram divulgadas, devido algumas dificuldades operacionais (IBGE, 2010).

precoce da sexualidade e da procriação desse grupo contribuíram para o nível de fecundidade encontrado.

Outro estudo de caso que coloca em foco as populações indígenas da Amazônia foi realizado por Azevedo (2003), que estudou a nupcialidade e a reprodução dos grupos étnicos Baré, Baniwa, Tukano e Maku, nos anos de 1990-1992, situados no Amazonas, mais especificamente na região do Alto Rio Negro. Todos esses povos mantinham altos níveis de fecundidade no período estudado, mas apresentavam variações entre os mesmos. As mulheres maku apresentavam o nível de fecundidade mais elevado, com 6,35 filhos, em média por mulher, e as mulheres baré o mais baixo, com 4,83. Estas variações nos diferentes grupos tinham explicação nos fatores culturais que regiam cada grupo.

Teixeira (2005), que também analisa uma população indígena situada no Estado do Amazonas, nos anos de 2002-2003, encontrou níveis de fecundidade também elevados para o povo Sateré-Mawé – residentes nas terras indígenas do Andirá-Marau e Koatá-Laranjal –, de aproximadamente 8 filhos por mulher. Nesse estudo também foram investigados aqueles indígenas residentes nas cidades de Maués, Parintins, Barreirinha e Nova Olinda do Norte, também no Estado do Amazonas, porém não foram estimados os níveis de fecundidade nessas localidades devido ao pequeno número dos nascimentos registrados. Contudo, a partir da Taxa de Fecundidade Geral⁸, observou-se taxas mais elevadas para as mulheres que residiam nas terras indígenas – 27,5 filhos por mulher - do que para aquelas da área urbana - 12,2 filhos por mulher – o que pode indicar que estas últimas começavam a adquirir um comportamento reprodutivo da população não-indígena.

Na contramão desses estudos, como já citado, as análises geradas a partir dos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010 revelam que as mulheres indígenas apresentaram uma tendência de queda da fecundidade em todas as regiões. A região Centro-Oeste, juntamente com a região Nordeste, apresentou uma queda mais acentuada do nível da fecundidade, entre 1991 e 2000, tendo a zona urbana da região Centro-Oeste contribuído com maior peso para esse descenso, que permaneceu o

⁸ A TFG é calculada a partir da relação entre o número de nascidos vivos no ano e a população feminina dentro do período reprodutivo. O fato de considerar como denominador a população feminina no intervalo de 15 a 49 anos, torna a taxa uma medida que não pode ser comparada entre populações, já que a distribuição etária proporcional das mulheres em cada população dará maior ou menor intensidade ao resultado final (CARVALHO, 1998). Ou seja, uma população com uma proporção maior de mulheres com 20-24 anos, por exemplo, pode apresentar uma TFG maior do que uma população em que a proporção dessas é maior naquelas com 45-49 anos.

mesmo nível em 2010. Enquanto isso, a região Sudeste manteve taxas abaixo de 3 filhos, em média por mulher, durante os três últimos anos censitários, como também houve diferenças conforme a situação de domicílio – mulheres que habitam áreas urbanas possuem uma TFT inferior em comparação com aquelas que vivem nas áreas rurais (IBGE, 2005; CRUZ *ET AL.*, 2014).

Diferentemente do que se refere às populações indígenas residentes no Norte e Centro-Oeste do país, há poucos estudos de caso que possam colaborar para análise da fecundidade das mulheres autodeclaradas indígenas nas regiões Sudeste, Sul e Nordeste do país. A título de exemplo, pode-se citar o estudo realizado por Teixeira e Costa (2012) para a população Xukuru do Ororubá (PE), por meio do Recenseamento Sociodemográfico Participativo na Terra Indígena Xukuru, realizado em 2010. Segundo os autores, o nível de fecundidade dessas mulheres foi de 3,7 filhos, em média, por mulher, revelando um comportamento reprodutivo parecido com o da maioria dos camponeses de Pernambuco e do Nordeste, visto que esta terra indígena foi homologada em 2001 e, até então, aqueles não se diferenciavam dos demais habitantes daquela região.

Observa-se, assim, a importância deste estudo devido ao diminuto volume de trabalhos que tratam os diferentes contextos em que as mulheres autodeclaradas indígenas se encontram e seus respectivos níveis de fecundidade.

3. ASPECTOS METODOLÓGICOS

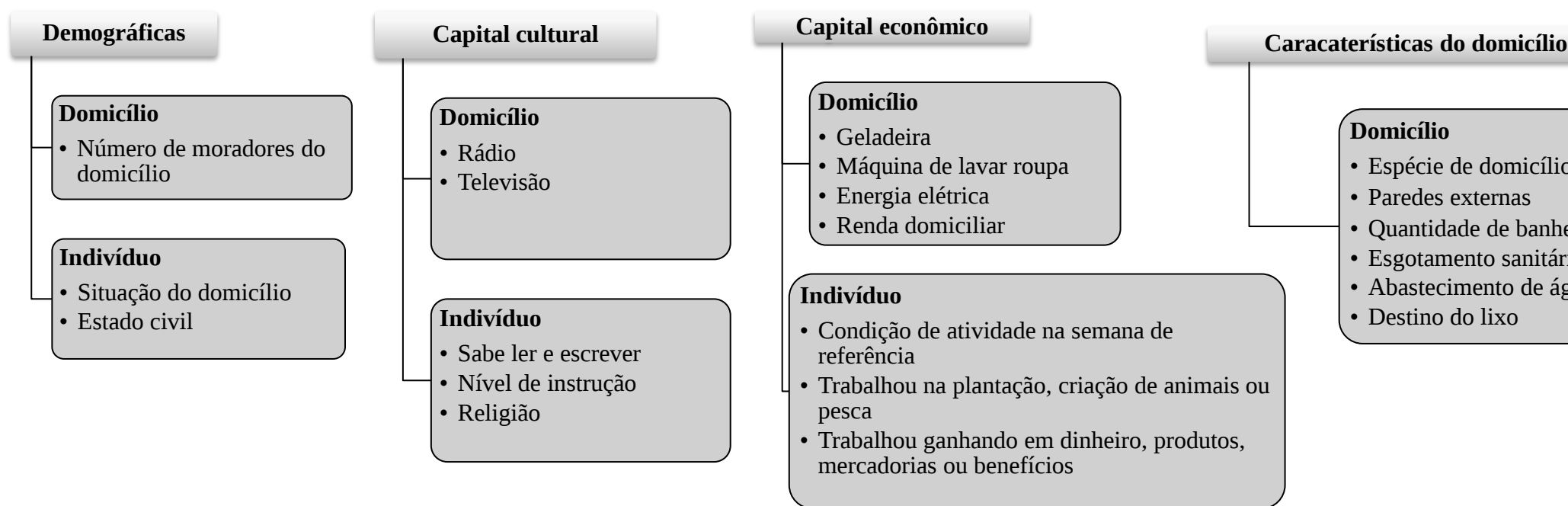
O trabalho enfoca um importante componente demográfico – a fecundidade – tendo em consideração uma população específica – as mulheres indígenas. Esse capítulo apresenta os caminhos metodológicos utilizados para operacionalizar a tipologia da mulher indígena a partir de seu capital cultural e econômico e, em seguida, seus respectivos níveis de fecundidade. Para tanto, divide-se esta seção em três partes: material utilizado para a *construção da tipologia das mulheres indígenas brasileiras*, que trata das variáveis selecionadas e sua relação com o capital cultural e econômico; *o método GoM*, que explica a construção da tipologia das mulheres indígenas através do método Grade of Membership – GoM; e por último, *técnica demográfica para estimar o nível e padrão de Fecundidade*, que apresenta o método indireto para estimar a fecundidade dessas mulheres.

3.1. Material utilizado para a construção da tipologia das mulheres indígenas brasileiras

Para aplicação do método GoM utilizaram-se 21 variáveis selecionadas dos microdados do Censo 2010, que correspondem tanto às informações do domicílio quanto às do indivíduo. O **Quadro 3.1** indica como foi esquematizada a investigação das dimensões pertinentes para descrever o perfil demográfico, o capital cultural e econômico, e as características do domicílio das mulheres indígenas no Brasil.

Inicialmente, buscou-se unificar o banco de dados. Assim, concatenaram-se, por meio do programa estatístico SPSS, as informações do código do município, da área de ponderação e do número de ordem do questionário de cada indivíduo, para criar um código que identificasse cada mulher e, assim, relacionar as informações do domicílio com as do indivíduo.

Quadro 3. 1 – Variáveis para a construção da tipologia das mulheres indígenas segundo as dimensões demográficas, do Capital Cultural e Econômico, e as características do domicílio.



De modo geral, buscou-se inserir variáveis que permitissem observar o capital cultural e econômico das mulheres indígenas, e assim, distinguíssem suas identidades sociais, suas experiências biográficas e os seus sistemas de orientações - ou seja, o *habitus*.

As variáveis que compõem as características demográficas foram selecionadas com o objetivo de identificar de forma mais completa o capital cultural e econômico das mulheres indígenas. A variável de situação do domicílio, por exemplo, indica um *espaço geográfico socialmente hierarquizado* - no caso, urbano ou rural, já que “(..) a distância social real de um grupo a determinados bens deve integrar a distância geográfica que, por sua vez, depende da distribuição do grupo no espaço e, mais precisamente, de sua distribuição em relação ao “núcleo dos valores econômicos e culturais” (BOURDIEU, 2013, pg 114). Portanto, como bem explica Bourdieu, um agricultor com baixo capital cultural não teria uma distância tão imensa frente aos bens de cultural legítima, se esta não viesse juntar-se ao afastamento geográfico.

As variáveis selecionadas na dimensão do capital cultural baseiam-se em bens econômicos e/ou simbólicos que refletem a acumulação – iniciada no âmbito familiar e adquirida através da interação social - de carga cultural dessas mulheres. Por isso, optou-se trabalhar com os seguintes quesitos:

- *Neste domicílio existe, rádio?; e televisão?* – representando o capital cultural em seu *estado objetivado*, já que são bens materiais que propagam ideias e valores, no caso, não-indígenas. Ou ainda, são meios de interação com o capital dominante (não-indígena), que ligam práticas locais a relações sociais globalizadas (SETTON, 2002);
- *Qual é sua religião ou culto?*- representando o capital cultural no *estado incorporado*, já que pressupõem inculcação e assimilação de normas e condutas; sendo possível nesta observar aquelas mulheres que adotam ou não práticas indígenas;
- *Sabe ler e escrever?* – também inserido no capital cultural no *estado incorporado*, pois denota um trabalho de inculcação e e assimilação, no caso, da língua não-indígena.
- *E por último, seu nível de instrução* – correspondendo ao capital cultural no *estado institucionalizado*.

E por fim, as variáveis que compõem as dimensões do capital econômico e das características do domicílio foram selecionadas a partir de bens materiais ou serviços, que são simultaneamente bens culturais, permitindo, assim, a identificação social dessas mulheres. Isto porque, segundo Bourdieu (2007), o interior de cada domicílio revela tanto um estado presente quanto passado daqueles que o ocupam. Ou seja, o “gosto” por determinado bem carrega uma relação de familiaridade, que pode ter origem no seio da família. Portanto, o gosto ou preferências também é uma forma de classificar e distinguir uma classe ou fração de classe.

3.2. O método GoM

O método Grade of Membership – GoM possibilita, a partir de variáveis categóricas, montar perfis homogêneos e distintos, considerando-se a multidimensionalidade e o alto grau de heterogeneidade que venham a apresentar as mulheres indígenas.

Este método foi desenvolvido a partir da teoria dos conjuntos nebulosos de Zadeh (1965) que originalmente destinava-se à área da engenharia (MANTON, 1994). Esta teoria torna-se uma generalização da teoria clássica dos conjuntos, em que um elemento ou objeto pode pertencer ou não a um determinado conjunto com características específicas (bivalência). Portanto, tratando-se dos conjuntos nebulosos, permitiu-se que um elemento ou objeto possa pertencer parcialmente a múltiplos conjuntos através de um “grau” de pertinência ou pertencimento (CERQUEIRA, 2004).

Neste caso, para cada mulher indígena, existirá uma escore de pertinência, ou escore GoM, representada pelo g_{ik} , que varia de 0 a 1. Quanto mais perto de 0 (zero) menor o pertencimento ao perfil K; de forma contrária, quando a mulher estiver mais próxima de uma escore 1(um) maior seu grau de pertinência. Logo, denomina-se de perfil extremo/ puros aqueles indivíduos que possuem escore mais próximo a 1(um), ou seja, indivíduos com total pertencimento. Os perfis puros e mistos - aqueles que possuem predominância de um perfil, mas com algumas características de outro - foram criados a partir de expressões *booleanas* (SAWYER ET AL., 2000; CERQUEIRA, 2004), por exemplo:

a) Perfil predominante 1 (P1):

Se $\{g_{1k} \geq 0,75\}$, as mulheres indígenas têm pelo menos 75% das características do Perfil Puro 1.

b) Perfil misto com predominância do perfil 1, mas com características do perfil 2 (P12):

Se $\{0,5 \leq g_{i1} < 0,75\} \cap \{0,25 \leq g_{i2} < 0,5\} \cap \{g_{i3} < 0,25\}$, as mulheres indígenas têm entre 50% e 74,9% de características do perfil 1, e entre 25% e 50% de características do perfil 2.

c) Perfil amorfo/ não definido:

As mulheres com escores no primeiro quartil ($< 25\%$), em relação aos três perfis. Ou seja, não se aproximam de nenhum perfil.

Além disso, esse método calcula a probabilidade de cada categoria (l) de cada variável (j) em cada perfil (k), denotado por λ_{kjl} , que será utilizada para caracterizar o perfil através da máxima verossimilhança (Garcia, 2000; Felipe et al, 2014), podendo ser escrito da seguinte maneira:

$$L(y) = \prod^i \prod^j \prod^{Lj} (\sum g_{ik} \lambda_{kjl})$$

A partir disso, faz-se uma razão entre os valores encontrados λ_{kjl} e a frequência relativa correspondente. Assim, geram-se as características predominantes em cada perfil, que será discutido no Capítulo 5.

Destarte, o método GoM tornou-se uma ferramenta estatística amplamente usado, pois, como observou-se, pode categorizar indivíduos pertencentes a múltiplos conjuntos, buscando identificar a heterogeneidade dentro da homogeneidade de um conjunto de pessoas ou objetos (SAWYER ET AL., 2000; CERQUEIRA, 2004). Ademais, tem-se a possibilidade de lidar com um pequeno número de casos e com um grande número de variáveis. Sua robustez e seu rigor estatístico o torna mais vantajoso quando comparado com outras técnicas como a Análise de Cluster e a Análise Discriminante (CERQUEIRA, 2004; FELIPPE ET AL., 2014). Dessa forma, o método poderá contribuir para o estudo ao permitir a criação de uma tipologia multivariada para as mulheres indígenas brasileiras - algo que não foi encontrado na literatura - com base nas dimensões descritas na subsecção anterior.

3.3. Técnica demográfica para estimar o nível e padrão de fecundidade

Na segunda etapa do trabalho pretende-se mensurar a fecundidade associada aos perfis das mulheres indígenas. Para isso, utilizou-se a Taxa de Fecundidade Total (TFT) que

corresponde ao número médio de filhos que uma mulher teria se sobrevivesse até o final do período reprodutivo (PRESTON, 2001).

Como já foi explanado na seção acerca da fonte de dados, este trabalho utiliza os dados do Censo Demográfico de 2010. Utilizou-se a metodologia desenvolvida por Brass para estimar de forma indireta a fecundidade, visando obter estimativas confiáveis de seus níveis. Esta estimativa é feita com base em dados retrospectivos sobre filhos nascidos vivos – parturição –, comparando-a com a fecundidade acumulada corrente (BRASS, 1973). Para aplicá-la é necessário: a) o número total de mulheres no período fértil – 15 a 49 anos; b) a *fecundidade corrente* (f_i) – o número de filhos nascidos vivos, por mulher, nos últimos 12 meses; c) a *fecundidade retrospectiva ou parturição* (P_1) – número de filhos nascidos vivos, por mulher, até a data do censo (BRASS, 1973).

A partir dessas informações, pressupõe-se que num regime de fecundidade constante, o acumulado da fecundidade corrente (F) deve ser igual à parturição (P) num determinado grupo etário. Usualmente, utiliza-se o P_2/F_2 para corrigir o nível de fecundidade – utilizado neste trabalho – já que neste estão os grupos de mulheres de 20 a 24 anos, que tendem a informar com maior precisão o número de filhos tidos nascidos vivos. Diferentemente das mulheres de 15 a 19 anos, no caso P_1/F_1 , que muitas vezes deixam de declarar o número de filhos nascidos vivos, ou ainda para as mulheres de 30 anos e mais.

Neste trabalho, as informações do número de mulheres, do número total de filhos nascidos vivos e filhos tidos nascidos vivos nos últimos 12 meses antes do Censo foram geradas segundo o perfil puro e misto, realizado através do método GoM. Isto foi possível devido ao código criado para identificar cada indivíduo no banco de dados, conforme citado anteriormente. Assim, os dados gerados no GoM foram mesclados com as outras informações sobre as mulheres indígenas (oriundas do banco de dados do Censo Demográfico de 2010), gerando um novo banco de dados. A partir disso, foram realizados os cruzamentos das variáveis necessárias para estimar a fecundidade com o perfil puro ou misto das mulheres indígenas, resultando no nível de fecundidade de cada perfil encontrado.

4. ANÁLISES DOS RESULTADOS

4.1. *Mulheres indígenas: seus perfis e fecundidade à luz do capital cultural e econômico*

O Censo Demográfico de 2010 contabilizou 408.056 mulheres autodeclaradas indígenas no Brasil, que compõem um grupo permeado por diferenças tanto no aspecto geográfico quanto no social e econômico. Portanto, faz emergir uma preocupação e uma necessidade de se buscar um aprofundamento da heterogeneidade existente entre essas mulheres, e permitir, assim, uma visão maior de suas necessidades e carências específicas. Desse modo, o principal objetivo desse capítulo é construir uma tipologia das mulheres autodeclaradas indígenas com base em seu capital cultural e econômico. E, em uma segunda etapa, procura-se obter os níveis e padrões de fecundidade para cada perfil encontrado.

4.1.1. *A tipologia das mulheres indígenas*

Neste subtópico, apresentam-se os resultados relativos à aplicação do método GoM para a construção da tipologia das mulheres indígenas no Brasil, levando em conta o capital cultural e econômico dessas.

Buscou-se construir perfis de mulheres indígenas a partir do capital cultural e econômico dessas, deixando transparecer uma relação interétnica⁹ de sujeição-dominação (OLIVEIRA, 1976). Isto porque, para Bourdieu (2000), o campo de produção simbólica (campo da cultura) carrega uma luta simbólica entre as classes, em que os agentes criam estratégias que permitem manter ou melhorar sua posição social. Destarte, as classes dominantes garantem o exercício do seu poder, já que estas possuem um capital cultural legitimado. Aqui, o capital cultural dominante foi pensado como o vivenciar nas condições de vida urbana da sociedade nacional envolvente.

Esta luta “invisível” é travada pelos povos indígenas desde o início da colonização no país. A história de alguns povos está marcada por pressões políticas, econômicas e religiosas que os forçaram a negar seus costumes e tradições. Contudo, a constituição de 1988, a intensificação do movimento indígena, a oferta de políticas públicas específicas e a recente e crescente revalorização das culturas indígenas no Brasil gerou um fenômeno chamado de

⁹ Expressa as relações entre populações indígenas e os segmentos regionais da sociedade nacional (OLIVEIRA, 1976).

“etnogênese” ou “reterritorialização”. Este fenômeno, presente principalmente na região Nordeste do país e no sul da região Norte, ocorre quando as populações indígenas reassumem e recriam suas tradições (LUCIANO, 2006). Este fenômeno, para Bourdieu, representa uma revolução simbólica contra a dominação simbólica - ou seja, a assimilação completa dos costumes e valores não indígenas - e os efeitos de intimidação que ela exerce. Este jogo não tem como objetivo a conquista ou a reconquista de uma identidade, e sim, a construção e a avaliação da sua própria identidade “de que o dominado abdica em proveito do dominante enquanto aceita ser negado ou negar-se para se fazer reconhecer”(BOURDIEU, 2000, p.125).

Portanto, a disseminação de valores, modos de vida, ideias e conhecimentos não-indígenas estão presentes no cotidiano dessas populações, não somente pelo processo de globalização e pela tecnologia da informação que o acompanha, mas também pelo próprio processo de interação social. Todavia, isto não significa dizer que está ocorrendo uma renúncia por parte dos povos indígenas de suas origens ou de suas tradições e modos de vida próprios, e sim, uma interação consciente com outras culturas que leve à valorização de si mesmo (LUCIANO, 2006). Estas redefinições da cultura podem ser passageiras, mas também podem conseguir uma mudança definitiva por sucessivas pequenas modificações, o que pode gerar uma mudança no comportamento demográfico (HAMMEL, 1990), no caso, uma mudança na fecundidade.

Na **Tabela 4.1** são descritos os resultados dos três perfis extremos/puros, como também a distribuição das mulheres indígenas segundo as variáveis selecionadas. Destas, 64,2% situam-se na zona rural, e 35,8% na área urbana. Em termos relativos, as mulheres indígenas, na maior parte dos casos, habitam em casas ou apartamentos que possuem televisão, rádio, energia elétrica, abastecimento de água, mas que não recebem a coleta do serviço de limpeza e têm uma renda domiciliar de R\$ 645,00 reais ou mais – em que o valor máximo era de R\$ 2.910,00 reais -, como também possuem o ensino fundamental incompleto ou nenhuma instrução, e declararam-se católicas, solteiras e não economicamente ativas. Ressalta-se que apenas uma pequena porcentagem destas declararam morar em ocas ou tendas e praticar suas tradições indígenas.

Da leitura dos resultados, apreende-se que o perfil extremo 1 é caracterizado por compor mulheres indígenas com as seguintes características:

- a) *Quanto à dimensão demográfica*: residem em áreas rurais e em domicílios com mais de seis moradores; e declararam-se solteiras.
- b) *Quanto à dimensão do capital cultural*: possuem baixo nível de escolaridade; sem religião ou praticantes das tradições indígenas; sem rádio nem televisão no domicílio.

- c) *Quanto à dimensão do capital econômico:* habitam em domicílios com nenhuma renda ou com um baixo nível de renda, sem geladeira e máquina de lavar roupa; são não economicamente ativas; e não trabalham com a venda de produtos ou em atividades agrícolas.
- d) *Quanto às características do domicílio:* moram em ocas ou tendas; com um sistema simples de construção das paredes; com abastecimento de água através de poço ou nascente dentro ou fora da aldeia (Terra Indígena).

O perfil extremo 2 é constituído por mulheres indígenas com as seguintes características:

- a) *Quanto à dimensão demográfica:* mulheres que habitam zonas urbanas; com baixo número de moradores por domicílio; que já foram ou são casadas.
- b) *Quanto à dimensão do capital cultural:* mulheres com níveis médios a elevados de escolarização; católicas ou pertencentes a outra religião; possuem rádio e televisão no domicílio.
- c) *Quanto à dimensão do capital econômico:* com renda domiciliar acima de 645 reais; possuem geladeira e máquina de lavar; trabalham com a venda de produtos e não realização atividades agrícolas.
- d) *Quanto às características do domicílio:* domicílios com alta infraestrutura urbana com: casas com paredes de alvenaria, mais de 2 banheiros e serviços públicos de saneamento básico.

O perfil extremo 3 é composto por mulheres indígenas com as seguintes características:

- a) *Quanto à dimensão demográfica:* mulheres em áreas rurais; com elevado número de moradores no domicílio; casadas.
- b) *Quanto à dimensão do capital cultural:* com nível intermediário de escolaridade; evangélicas; e com televisão no domicílio.
- c) *Quanto à dimensão do capital econômico:* com renda domiciliar entre R\$ 146,00 a R\$ 644 reais; mulheres economicamente ativas que trabalham tanto com a venda de produtos quanto com atividades agrícolas; residentes em domicílios sem geladeira e máquina de lavar roupa.
- d) *Quanto às características do domicílio:* moram em casas com paredes de madeira; sem banheiros; com outras fontes para obter energia elétrica; e sem serviços públicos de saneamento básico.

Em síntese, pode-se concluir que os três perfis são definidos da seguinte forma:

- o **perfil 1**, formado por mulheres que denotam possuir pouco contato com a língua não-indígena e com os seus meios de propagação de ideais e valores (rádio e televisão); em seus domicílios, não se observa a preferência por bens materiais e/ou simbólicos não-indígenas; Neste perfil, as mulheres praticam as tradições indígenas e residem em zonas rurais e em ocas ou tendas; por isso, este perfil foi chamado aqui de “**capital tradicionalmente indígena**”;
- o **perfil 2**, com mulheres com um nível médio a elevado nível de contato com a língua e com os meios de comunicação não-indígena e adeptas as religiões não-indígenas; no domicílio, observa-se uma maior presença de bens materiais e/ou simbólicos não-indígenas; Denominado daqui por diante de “**capital urbanizado**”;
- e o **perfil 3**, com mulheres que possuem um nível intermediário de contato com a língua e os meios de comunicação não-indígena e evangélicas; no domicílio, observa-se moderada presença de bens materiais e/ou simbólicos não-indígenas; intitulado de “**capital intermediário**”.

Tabela 4.1 – Frequências absolutas e relativas, estimativas dos *lambdas* e fatores delineadores dos perfis extremos, segundo as variáveis selecionadas – Brasil, 2010.

Variáveis	Categorias	Frequência		Lambdas			Fatores		
		Abs.	%	λ1	λ2	λ3	Perfil 1	Perfil 2	Perfil 3
Demográficas									
Situação de domicílio	Urbano	14.594	35,8	0,00	1,00	0,00	0,00	2,79	0,00
	Rural	26.191	64,2	1,00	0,00	1,00	1,60	0,00	1,60
Número de moradores	Até 3 moradores	10.363	25,4	0,21	0,41	0,00	0,80	1,60	0,00
	De 4 a 5 moradores	12.088	29,6	0,20	0,39	0,24	0,70	1,30	0,80
	Mais de 6 moradores	18.334	45,0	0,60	0,20	0,76	1,30	0,40	1,70
Estado civil	Casada	9.467	23,2	0,08	0,29	0,31	0,40	1,30	1,30
	Separada/Divorciada/Viúva	3.469	8,5	0,04	0,16	0,00	0,40	1,90	0,00
	Solteira	27.849	68,3	0,88	0,55	0,69	1,30	0,80	1,00
Capital Cultural									
Sabe ler e escrever	Sim	29.774	73	0,38	0,91	0,82	0,50	1,20	1,10
	Não	11.011	27	0,62	0,09	0,18	2,30	0,30	0,70
Nível de instrução	Sem instrução e fundamental incomp.	30.735	75,4	1,00	0,55	0,84	1,30	0,70	1,10
	Fundamental comp. e médio incomp.	4.722	11,6	0,00	0,18	0,15	0,00	1,50	1,30
	Médio comp. e superior incomp.	4.219	10,3	0,00	0,22	0,00	0,00	2,20	0,00
	Superior completo	877	2,2	0,00	0,05	0,00	0,00	2,10	0,00

Variáveis	Categorias	Frequência		Lambdas			Fatores		
		Abs.	%	λ_1	λ_2	λ_3	Perfil 1	Perfil 2	Perfil 3
	Não determinado	232	0,6	0,00	0,00	0,01	0,00	0,80	2,50
Religião	0	187	0,5	0,01	0,00	0,00	2,20	0,30	0,00
	Sem religião	4.951	12,1	0,32	0,06	0,00	2,60	0,50	0,00
	Católica	21.499	52,7	0,35	0,61	0,60	0,70	1,20	1,10
	Evangélicas	10.482	25,7	0,13	0,28	0,37	0,50	1,10	1,40
	Tradições indígenas	2.387	5,9	0,19	0,00	0,00	3,30	0,00	0,00
	Outras	1.279	3,1	0,00	0,05	0,03	0,10	1,70	0,90
Rádio	0	188	0,5	0,00	0,01	0,00	0,00	2,00	0,00
	Sim	22.552	55,3	0,06	0,81	0,62	0,10	1,50	1,10
	Não	18.045	44,2	0,94	0,18	0,38	2,10	0,40	0,90
Televisão	0	188	0,5	0,00	0,01	0,00	0,00	2,00	0,00
	Sim	26.409	64,8	0,00	0,99	0,85	0,00	1,50	1,30
	Não	14.188	34,8	1,00	0,00	0,15	2,90	0,00	0,40
Capital Econômico									
Renda domiciliar	0	72	0,2	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	sem rendimento	5.489	13,5	0,43	0,00	0,00	3,20	0,00	0,00
	1 a 145 reais	4.748	11,6	0,20	0,00	0,24	1,70	0,00	2,00
	146 a 644 reais	10.269	25,2	0,28	0,20	0,30	1,10	0,80	1,20
	645 reais e mais	20.207	49,5	0,10	0,80	0,47	0,20	1,60	0,90
Condição de atividade	Economicamente ativas	16.051	39,4	0,00	0,38	1,00	0,00	1,00	2,50

Variáveis	Categorias	Frequência		Lambdas			Fatores		
		Abs.	%	λ_1	λ_2	λ_3	Perfil 1	Perfil 2	Perfil 3
	Não economicamente ativas	24.734	60,6	1,00	0,62	0,00	1,70	1,00	0,00
Trabalhou ganhando em dinheiro, produtos, mercadorias ou benefícios	Sim	8.643	21,2	0,00	0,32	0,29	0,00	1,50	1,40
	Não	32.142	78,8	1,00	0,68	0,71	1,30	0,90	0,90
Trabalhou na plantação, criação de animais ou pesca	0	10.085	24,7	0,00	0,33	0,43	0,00	1,30	1,80
	Sim	4.589	11,3	0,00	0,00	0,57	0,00	0,00	5,00
	Não	26.111	64	1,00	0,67	0,00	1,60	1,00	0,00
Geladeira	0	188	0,5	0,00	0,01	0,00	0,00	2,00	0,00
	Sim	23.129	56,7	0,00	0,99	0,30	0,00	1,70	0,50
	Não	17.468	42,8	1,00	0,00	0,70	2,30	0,00	1,60
Máquina de lavar roupa	0	188	0,5	0,00	0,01	0,00	0,00	2,00	0,00
	Sim	5.840	14,3	0,00	0,31	0,00	0,00	2,20	0,00
	Não	34.757	85,2	1,00	0,68	1,00	1,20	0,80	1,20
Características do domicílio									
Tipo de domicílio	casa ou apartamento	36.538	89,6	0,66	1,00	1,00	0,70	1,10	1,10
	Oca ou Tenda	4.132	10,1	0,34	0,00	0,00	3,40	0,00	0,00
	Outros	115	0,3	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Paredes externas	0	188	0,5	0,00	0,01	0,00	0,00	2,00	0,00
	Alvenaria com ou sem revestimento	20.271	49,7	0,00	0,99	0,00	0,00	2,00	0,00
	Madeira	10.052	24,6	0,10	0,00	0,94	0,40	0,00	3,80
	Taipa revestida ou não	4.906	12	0,39	0,00	0,06	3,30	0,00	0,50

Variáveis	Categorias	Frequência		Lambdas			Fatores		
		Abs.	%	λ_1	λ_2	λ_3	Perfil 1	Perfil 2	Perfil 3
	Outro material	5.023	12,3	0,48	0,00	0,00	3,90	0,00	0,00
	Sem parede	345	0,8	0,03	0,00	0,00	3,50	0,00	0,00
Quantidade de banheiros	0	188	0,5	0,00	0,01	0,00	0,00	2,00	0,00
	sem banheiros	19.223	47,1	1,00	0,00	1,00	2,10	0,00	2,10
	1 banheiro	18.239	44,7	0,00	0,83	0,00	0,00	1,90	0,00
	2 ou mais banheiros	3.135	7,7	0,00	0,16	0,00	0,00	2,10	0,00
	Total								
Esgotamento sanitário	0	9.823	24,1	0,71	0,00	0,16	2,90	0,00	0,60
	rede geral de esgoto	6.370	15,6	0,00	0,33	0,00	0,00	2,10	0,00
	Fossa séptica ou rudimentar	17.603	43,2	0,05	0,67	0,41	0,10	1,50	0,90
	Outro	6.989	17,1	0,24	0,00	0,44	1,40	0,00	2,60
Abastecimento de água	0	188	0,5	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Rede Geral de distribuição	20.599	50,5	0,04	1,00	0,00	0,10	2,00	0,00
	Poço	7.240	17,8	0,15	0,00	0,56	0,80	0,00	3,20
	Outro	8.643	21,2	0,59	0,00	0,27	2,80	0,00	1,30
	Poço ou nascente dentro ou fora da aldeia (TI)	4.115	10,1	0,22	0,00	0,17	2,20	0,00	1,70
Destino do lixo	0	188	0,5	0,00	0,01	0,00	0,00	2,00	0,00
	Coletado por serviço de limpeza	15.484	38	0,00	0,99	0,00	0,00	2,60	0,00
	Queimado/enterrado/jogado	23.912	58,6	0,90	0,00	1,00	1,50	0,00	1,70
	Outro	1.201	2,9	0,10	0,00	0,00	3,30	0,00	0,00

Variáveis	Categorias	Frequência		Lambdas			Fatores		
		Abs.	%	λ_1	λ_2	λ_3	Perfil 1	Perfil 2	Perfil 3
Energia elétrica	0	188	0,5	0,00	0,01	0,00	0,00	2,00	0,00
	Sim, de companhia distribuidora	28.326	69,5	0,05	0,99	0,61	0,10	1,40	0,90
	Sim, de outras fontes	3.405	8,3	0,00	0,00	0,39	0,00	0,00	4,70
	Não existe energia elétrica	8.866	21,7	0,95	0,00	0,00	4,40	0,00	0,00

Fonte: Censo Demográfico de 2010. IBGE.

4.2. Características dos perfis encontrados

Para nortear a análise da fecundidade das mulheres indígenas a partir de seus perfis, objetivo principal deste trabalho, buscou-se caracterizar os perfis encontrados a partir do cruzamento entre estes com outras variáveis. Inicialmente, investigou-se como se distribuem os perfis puros e mistos através da frequência absoluta e relativa dessas mulheres, conforme apresenta a **Tabela 4.2**. Vale destacar que para uma maior compreensão dos dados, ordenaram-se os perfis considerando seu menor para um maior grau de capital cultural e econômico.

Tabela 4.2 – Perfis das mulheres indígenas, segundo capital cultural e econômico – Brasil – 2010.

Perfil	Predominância	Frequência	
		Absoluta	%
Perfil puro 1		43.541	13,9
Capital tradicionalmente indígena	PM12 – perfil 1+ perfil 2	7.252	2,3
	PM13 – perfil 1+ perfil 3	21.299	6,8
	sub-total	72.092	23,1
Perfil puro 3		19.540	6,3
Capital intermediário	PM31 – perfil 3+ perfil 1	13.220	4,2
	PM32 – perfil 3+ perfil 2	16.736	5,4
	sub-total	49.495	15,8
Perfil puro 2		137.125	43,9
Capital urbanizado	PM21 – perfil 2 + perfil 1	10.401	3,3
	PM23 - perfil 2+ perfil 3	22.130	7,1
	sub-total	169.656	54,3
Não definido		21.180	6,8
Total		312.423	100

Fonte: Censo Demográfico de 2010. IBGE.

De acordo com os resultados, as mulheres com características do perfil 2, com capital urbanizado, foram preponderantes no país, contribuindo com 54% do total dos casos, onde 43,9% apresentaram pertinência total a este perfil, ou seja, fazem parte do perfil puro. O perfil 1, capital tradicionalmente indígena, apresenta-se como o segundo maior detentor de casos, com um percentual de 23%, com aproximadamente 14% dos casos pertencentes ao perfil puro. E o perfil 3, que congrega mulheres com capital intermediário, foi predominante para 16% das mulheres, onde 6,3% pertencem ao perfil puro. Com relação aos perfis mistos

observa-se que, juntos, correspondem a 29% dos casos, porém, vistos de forma isolada, apresentam uma pequena representatividade na definição dos perfis.

4.2.1. Composição etária

O primeiro elemento que pode auxiliar o entendimento da fecundidade é a composição etária, visto que reflete a dinâmica populacional e está intrinsecamente relacionada ao número de filhos que uma mulher pode ter (CARVALHO ET AL., 1998). Sendo assim, os **Gráficos 4.1e 4.2** apresentam a distribuição percentual dessas mulheres por grupos etários, segundo os perfis encontrados.

Segundo o Censo Demográfico de 2010, há 97.348.809 mulheres no Brasil, que representam 51% da população total, e das quais 53.655.330 estão no período fértil, correspondendo a 55% do total de mulheres. As mulheres que se autodeclararam indígenas fazem parte de um pequeno segmento que corresponde a 0,37% do total de mulheres em idade reprodutiva. Das 312.419 mulheres autodeclaradas indígenas no Brasil com 10 anos e mais¹⁰, 15% correspondem ao grupo de 10 a 14 anos de idade, enquanto aquelas com 50 anos e mais representam 21%. O restante (64%) concentrava-se em mulheres em idade reprodutiva (15 a 49 anos).

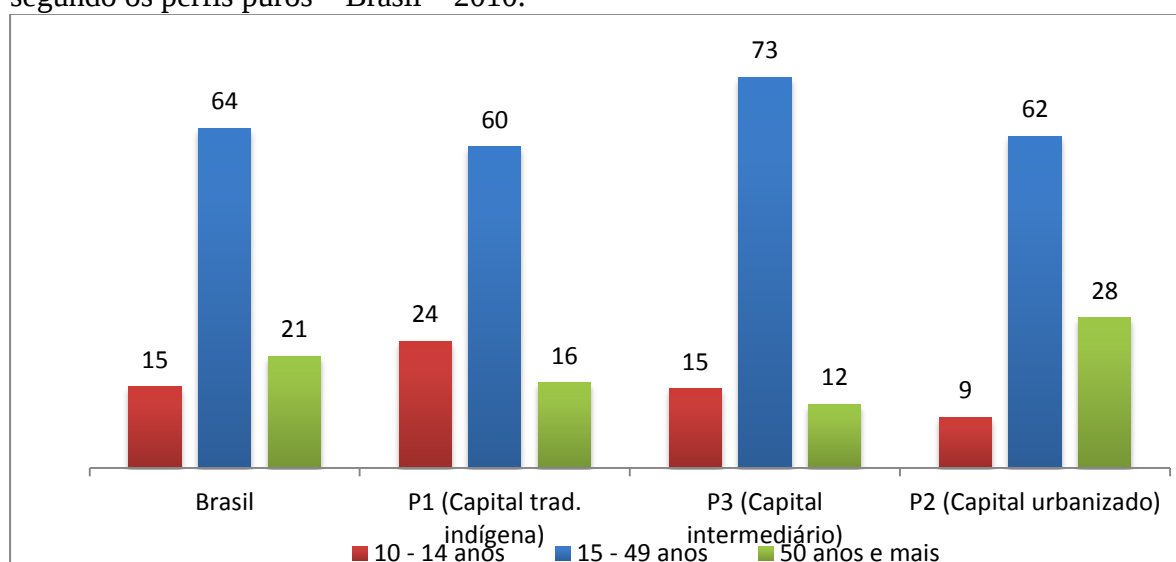
A partir dos resultados dos perfis, observou-se que, do total de mulheres com capital tradicionalmente indígena e intermediário (P1 e P3, respectivamente), há uma maior prevalência daquelas com 10 a 14 anos em comparação com aquelas com 50 anos e mais. Este é um padrão demográfico típico de populações autodeclaradas indígenas residentes em áreas rurais, onde a proporção de crianças e adolescentes é maior do que na área urbana (PEREIRA, 2004). Estudos demográficos realizados em populações específicas da Amazônia apontam que tal padrão resulta de um processo de recuperação populacional, em que há uma retomada por altos níveis de fecundidade e um declínio da mortalidade. Entre elas estão: o povo Sateré- Mawé, no Amazonas (TEIXEIRA, 2005); Xavante, no Mato Grosso (SOUZA, 2008); e Kayabí, habitantes do Parque Indígenas do Xingu, no Mato Grosso (PAGLIARO, 2010).

¹⁰ A inserção de alguns quesitos do Censo Demográfico de 2010 para a construção da tipologia das mulheres indígenas, por exemplo, o estado civil - questionado apenas para aqueles que possuem 10 anos ou mais, impossibilitou a análise das mulheres abaixo de 10 anos.

Em situação contrária, no perfil com capital urbanizado (P2), as mulheres de 10 a 14 anos apresentaram valores inferiores (9%) aos daquelas de 50 anos e mais (28%), este último ultrapassando o valor da média nacional para este segmento. Para este perfil, observa-se um padrão demográfico que se configura como mais envelhecido quando comparado com os demais perfis encontrados.

Com relação às mulheres em idade reprodutiva, o perfil 3 (capital intermediário) mostrou uma proporção de mulheres nesse grupo etário maior (73%) do que a média nacional (64%), enquanto os demais perfis puros exprimiram valores próximos, Perfil 1 com 60% e o Perfil 2 com 62%.

Gráfico 4.1 – Distribuição percentual (%) das mulheres indígenas, por grupos etários, segundo os perfis puros – Brasil – 2010.

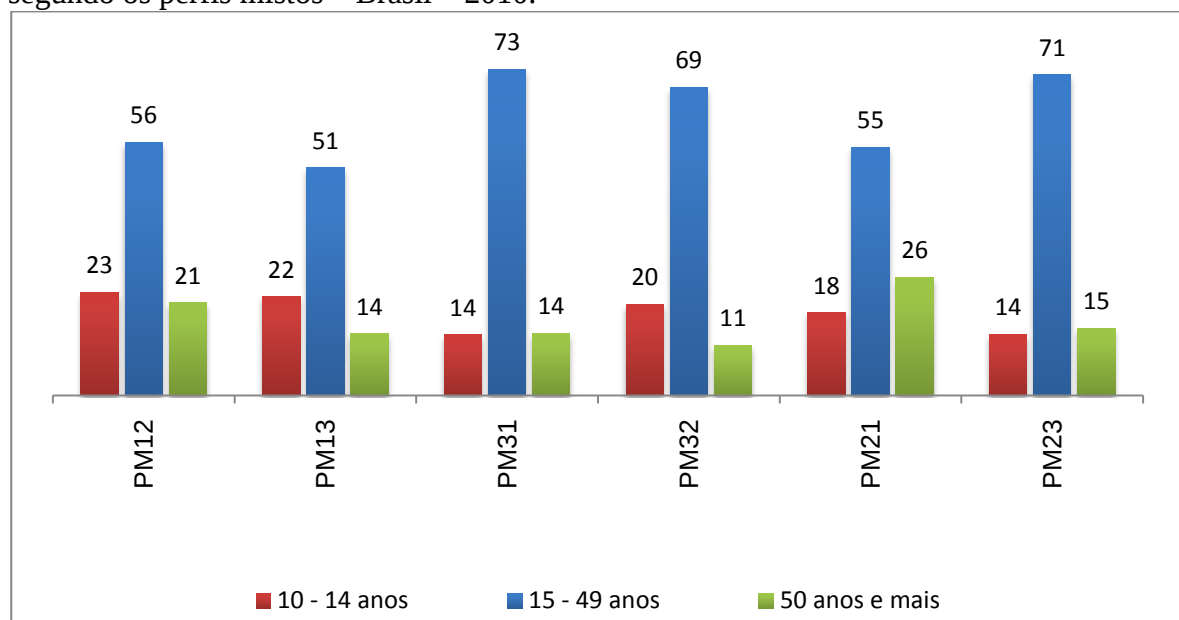


Fonte: Censo Demográfico de 2010. IBGE.

A descrição dos perfis mistos, apresentada no **Gráfico 4.2**, demonstra certa direção delineada destes pelo comportamento dos perfis puros. Além disso, apresentam, de forma geral, pouca variação entre os grupos de 10 a 14 anos e 50 anos e mais. Observa-se que a combinação entre o perfil de capital tradicionalmente indígena com os perfis de capital urbanizado e intermediário (PM12 e PM13) possuem uma baixa proporção de mulheres em idade reprodutiva em comparação aos demais perfis, com 56% e 51%, respectivamente, e uma alta proporção de mulheres com 10 a 14 anos, com 23% e 22%, respectivamente. Já os perfis mistos, com predomínio de capital intermediário (PM31 e PM32), possuem um volume de mulheres em idade reprodutiva acima da média nacional (64%), com percentuais

de 73% e 69%, respectivamente. Assim como o perfil de mulheres com capital urbanizado e intermediário, com predomínio de capital urbanizado (PM23), com 71% dos casos.

Gáfcio 4.2 – Distribuição percentual (%) das mulheres indígenas, por grupos etários, segundo os perfis mistos – Brasil – 2010.



Fonte: Censo Demográfico de 2010. IBGE.

Em síntese, os perfis com características de capital tradicionalmente indígena demonstraram ter um percentual maior de mulheres jovens (10 a 14 anos) em comparação aos demais. Na contrapartida, as mulheres caracterizadas pelo perfil de capital urbanizado apresentaram um percentual maior naquelas com 50 anos e mais, enquanto as mulheres com capital intermediário tiveram maior percentual de mulheres em idade reprodutiva.

4.2.2. Distribuição territorial dos perfis encontrados

Nesta seção é investigada a distribuição territorial dos perfis das mulheres indígenas, com recortes por Grandes Regiões e Unidades da Federação. Os resultados foram encontrados a partir do cruzamento entre os perfis de mulheres gerados e as variáveis territoriais. A investigação da distribuição espacial das populações indígenas torna-se importante para o estudo, pois nela está inserido o processo histórico de ocupação socioeconômica do país, assim como uma crescente afirmação da identidade cultural e territorial desses povos (IBGE, 2012), e dará maior suporte à análise da fecundidade das mesmas.

Conforme a **Tabela 4.2**, os perfis com predomínio de capital tradicionalmente indígena e intermediário prevalecem nas regiões Norte e Centro-Oeste do país. Para a região Norte, as mulheres com características do Perfil 1 (capital tradicionalmente indígena) representam 42% e aquelas com capital intermediário representam 29%. Já para a região Centro-Oeste, aquelas com capital tradicionalmente indígena correspondem a 33% do total de mulheres indígenas nesta região, e 11% para aquelas com características de capital intermediário. Em 2010, as duas regiões correspondiam a 37,4% do total de autodeclarados, apresentando, assim, o maior número de autodeclarados indígenas no país (IBGE, 2012). Enquanto isso, nas demais regiões do país, o maior percentual se encontra nos perfis com predomínio de capital urbanizado (P2, PM21 e PM23), destacando-se a região Sudeste, com mais de 90% dos seus casos de mulheres autodeclaradas indígenas com este perfil.

Tabela 4.2 – Distribuição percentual das mulheres indígenas, por região, segundo os perfis puros e mistos – Brasil – 2010.

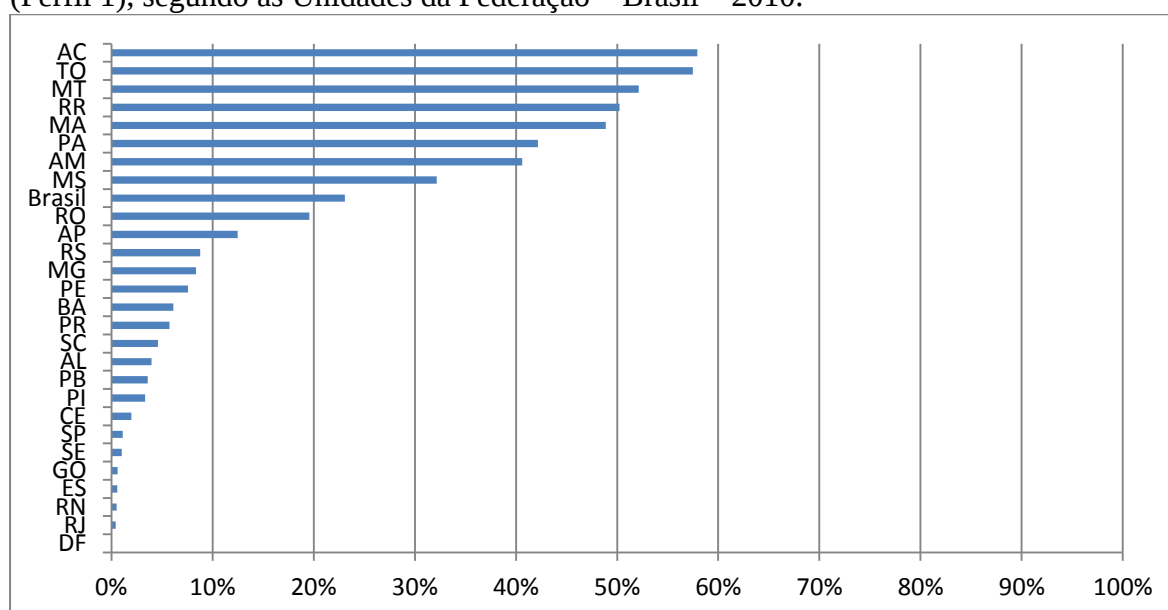
Perfil	NO	NE	SE	SUL	CO
P1 (capital tradicionalmente indígena)	26,4	5,6	1,9	3,2	21,0
PM12	1,3	3,4	0,6	1,6	4,7
PM13	14,5	2,4	0,5	1,9	7,5
Sub-total	42,2	11,4	3,0	6,8	33,2
P3 (capital intermediário)	12,3	3,9	0,7	6,0	3,1
PM31	4,5	4,9	1,6	7,1	3,4
PM32	12,0	1,9	0,3	2,7	4,1
Sub-total	28,8	10,7	2,6	15,7	10,6
P2 (capital urbanizado)	15,5	56,8	86,1	52,1	34,6
PM21	1,2	5,7	1,8	3,5	5,0
PM23	5,7	8,2	4,4	12,8	7,1
Sub-total	22,4	70,7	92,3	68,4	46,7
Não definido	6,7	7,2	2,1	9,1	9,5
Total	100	100	100	100	100

Fonte: Censo Demográfico de 2010. IBGE.

Desagregando-se as informações por Unidade da Federação é possível visualizar mais detalhadamente as diferenças encontradas nos dados para as Grandes Regiões. O **Gráfico**

4.3 apresenta os percentuais das mulheres indígenas com perfil de capital tradicionalmente indígena por cada Unidade da Federação. Observa-se que os percentuais daquelas que se situam acima da média nacional (23%) são de UFs das regiões Norte e Centro-Oeste. Destes, ganham destaque os estados do Acre e Tocantins com mais de 50% dos casos. Por outro lado, em estados como Distrito Federal, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Espírito Santo, Goiás, São Paulo, Ceará, Paraíba e Alagoas foram encontradas poucas ou nenhuma mulher neste perfil.

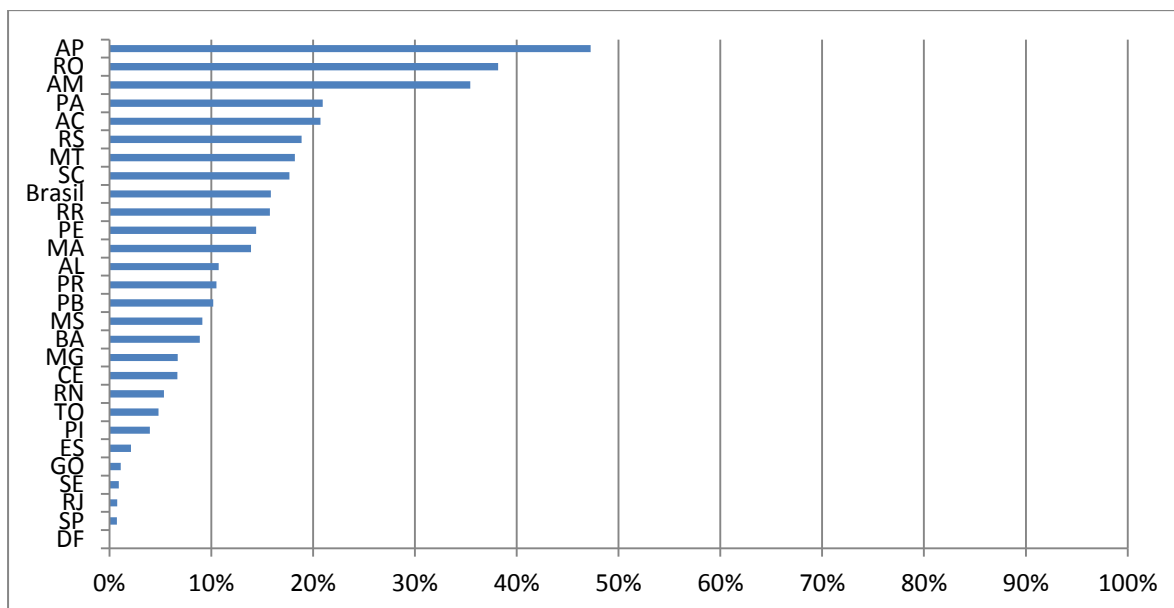
Gráfico 4.3 - Percentual das mulheres indígenas com capital tradicionalmente indígena (Perfil 1), segundo as Unidades da Federação – Brasil – 2010.



Fonte: Censo Demográfico de 2010. IBGE.

O **Gráfico 4.4** apresenta os percentuais das mulheres com perfil de capital intermediário (perfil 3) para o país, por Unidade da Federação, e revela os menores percentuais em comparação aos demais perfis puros. Os estados do Amapá (22%), Amazonas (16,5%), Roraima (16%), Rio Grande do Sul (8,3%), Santa Catarina (7,2%), Acre (7,1) e Mato Grosso (6,6%) foram os que tiveram um percentual acima da média nacional (6,3%).

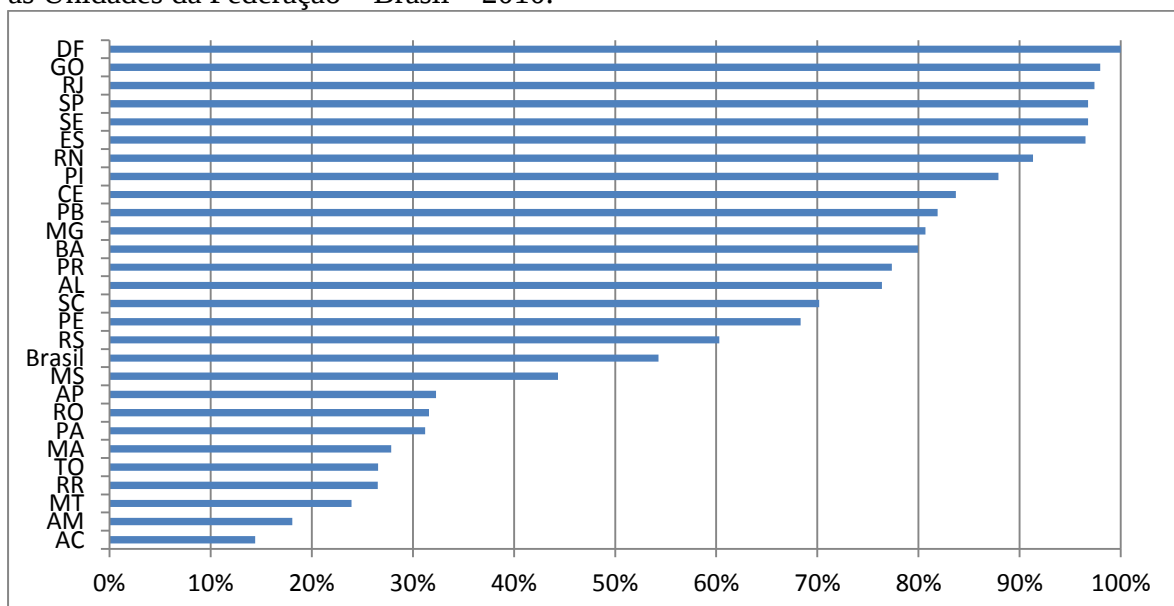
Gráfico 4.4 - Percentual das mulheres indígenas com capital intermediário (Perfil 3), segundo as Unidades da Federação – Brasil – 2010.



Fonte: Censo Demográfico de 2010. IBGE.

Os resultados para o perfil com capital urbanizado (perfil 2), apresentados no **Gráfico 4.5**, apontam que grande parte das Unidades da Federação são compostas por mulheres desse perfil. Dentre estas, os maiores percentuais estão: Distrito Federal (99%), Rio de Janeiro (93%), Goiás (93%), São Paulo (92%), entre outros que compõem as regiões do Nordeste, Sudeste e Sul do País.

Gráfico 4.5 - Percentual das mulheres indígenas com capital urbanizado (Perfil 2), segundo as Unidades da Federação – Brasil – 2010.



Fonte: Censo Demográfico de 2010. IBGE.

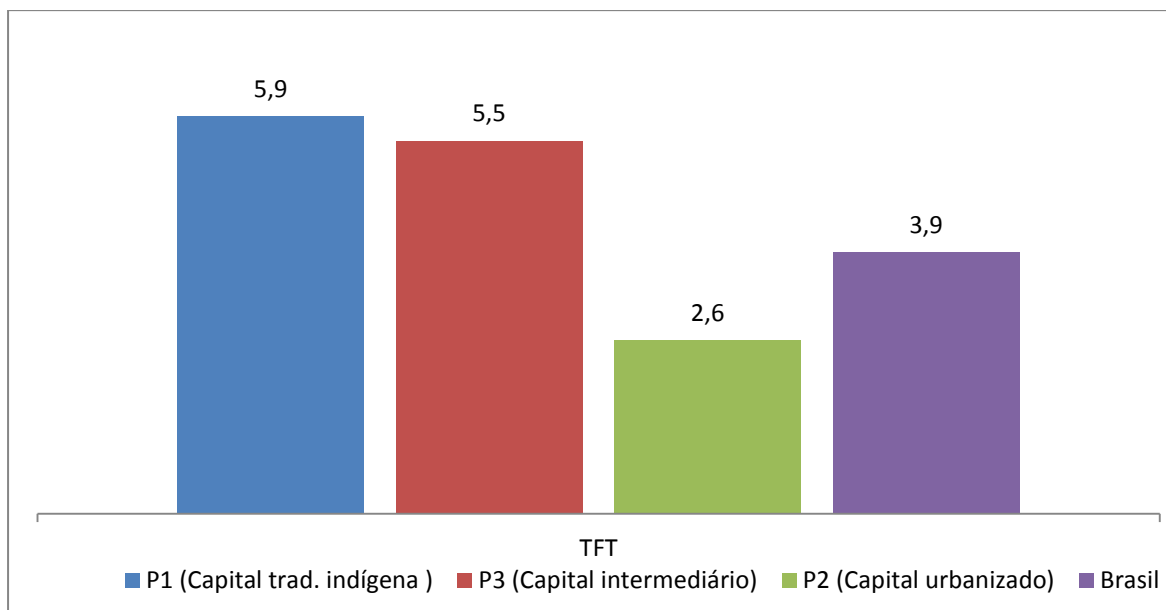
Os resultados para os perfis mistos, que se encontram no Anexo deste trabalho, apresentam percentuais em muitos casos inferiores a 10%, portanto não possuem grande peso por Estado.

4.3. Fecundidade das mulheres autodeclaradas indígenas, segundo os perfis

Esta seção apresenta os níveis e padrões da fecundidade das mulheres autodeclaradas indígenas no Brasil, segundo cada perfil encontrado. Como já mencionado no Capítulo 3, referente aos aspectos metodológicos da pesquisa, as estimativas foram realizadas a partir do método indireto desenvolvido por Brass (1973). As informações necessárias para o cálculo se deu a partir da junção dos graus de pertinência (g_{ik}), gerados pelo método *Grade of Membership* (GoM), e o conjunto de variáveis consideradas para o estudo, que envolveu o tratamento de arquivos em software, como o SPSS. A partir disso, realizou-se o cruzamento dos perfis encontrados com as variáveis necessárias para estimar a fecundidade dessas mulheres.

Os resultados obtidos para este trabalho indicaram níveis de fecundidade bastante heterogêneos entre os perfis, variando de 2,6 a 6,3 filhos, em média, por mulher, conforme dados do **Gráfico 4.12 e 4.13** – este último em Anexo. O perfil classificado neste trabalho de capital tradicionalmente indígena (perfil 1) apresentou o nível mais elevado de fecundidade, com 5,9 filhos por mulher, em média. Como já explanado aqui, as mulheres indígenas deste perfil residem em áreas rurais, possuem baixo nível de escolaridade, não possuem rádio nem televisão no domicílio, declararam não ter religião ou praticarem as tradições indígenas, entre outras características. Este perfil puro corresponde a 13,9% do total de mulheres indígenas e encontra-se em maior peso nas Regiões Norte e Centro-Oeste. A partir disso, pode-se inferir, com base na classificação realizada por Chakiel (2004) e Schkolnik (2004), que estas mulheres estão em um estágio incipiente da transição da fecundidade.

Gráfico 4.12 – Taxa de Fecundidade das mulheres indígenas, segundo os perfis puros – Brasil – 2010.



Fonte: Censo Demográfico de 2010. IBGE.

O perfil puro de capital intermediário apresentou um nível de fecundidade bastante próximo ao perfil das mulheres com capital tradicionalmente indígena, com TFT igual a 5,5 filhos por mulher, portanto, também em um estágio incipiente da transição da fecundidade. Este perfil se caracteriza com aspectos presentes tanto entre o perfil de capital tradicionalmente indígena quanto daquele de capital urbanizado. Logo, constitui um perfil híbrido, em que as mulheres indígenas, por exemplo, se encontram em áreas rurais, com nível intermediário de escolaridade, com a presença de televisão no domicílio, mas sem serviços públicos de saneamento básico nos domicílios. Este perfil corresponde a 6,3% do total das mulheres indígenas, presentes, ainda que em um menor percentual quando comparado aos demais perfis, nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste do país.

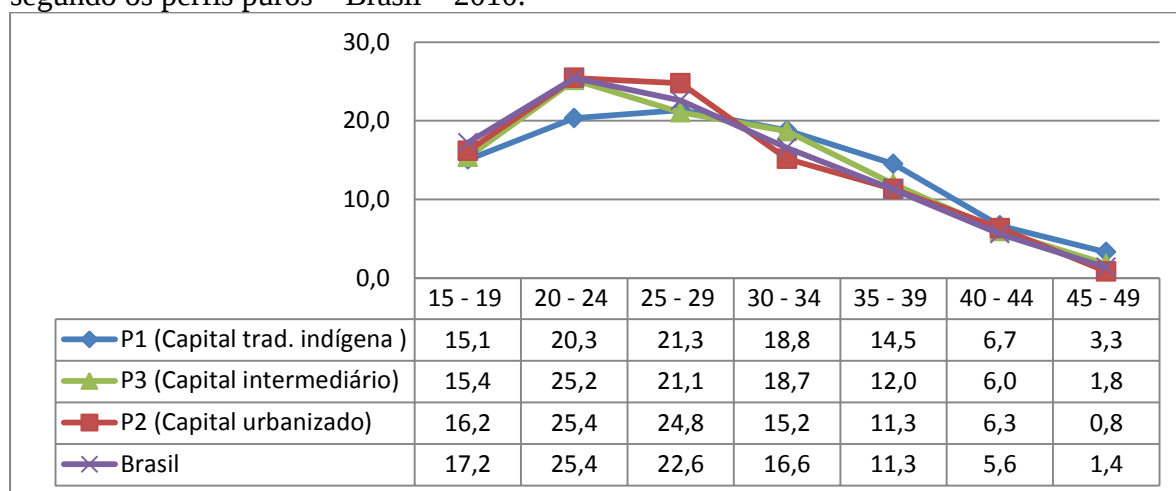
Este perfil muito se assemelha ao que Oliveira (2001) classifica para as populações indígenas no Nordeste de *população indígena dispersa*, em que estes se autodeclaram indígenas, mas seus modos de vida não estão direcionados para a aldeia ou para a cidade. Este autor enfatiza também que estes são os grupos mais marginalizados, pois estão “invisíveis” aos olhos do poder público – captados somente pelo Censo Demográfico - e, desta forma, não possuem políticas públicas e ações assistenciais específicas.

Enquanto isso, aquelas com capital cultural e econômico alto atingiram um patamar menor do que a média nacional (3,9 filhos) para esse segmento, com 2,6 filhos, em média, por mulher. Portanto, encontram-se em um estágio da transição da fecundidade avançada. O capital cultural e econômico das mulheres deste perfil, diferentemente do que foi encontrado aos demais perfis, se caracteriza por apresentar um nível de escolaridade médio a elevado,

seus domicílios apresentam uma maior infraestrutura urbana, encontram-se em áreas urbanas, entre outras características. Este perfil está presente em 43,9% do total de mulheres autodeclaradas indígenas, e se distribuem com maior peso relativo nas regiões Nordeste, Sul, e principalmente, no Sudeste do país. Portanto, não se denota uma renúncia da “indianidade” dessas, já que se autodeclararam indígena no Censo Demográfico, mas observa-se um comportamento e um proceder característico da sociedade envolvente.

A distribuição proporcional das taxas específicas de fecundidades, presentes no **Gráfico 4.14**, mostra mais claramente os diferenciais dos níveis e do padrão etário da fecundidade das mulheres autodeclaradas indígenas, segundo cada perfil puro. Para o total de mulheres autodeclaradas indígenas no Brasil, em 2010, observa-se que mais de 25% da fecundidade ocorre em mulheres com 20 a 24 anos, sendo o ponto máximo da curva.

Gráfico 4.14 – Percentual das Taxas Específicas de Fecundidade das mulheres indígenas, segundo os perfis puros – Brasil – 2010.



Fonte: Censo Demográfico de 2010. IBGE.

As mulheres do perfil 1 – com capital tradicionalmente indígena – apresentam uma curva mais dispersa quando comparada com as outras, sugerindo uma ausência de métodos contraceptivos modernos entre essas. Em contraposição, aquelas que possuem capital urbanizado – perfil 2 – exibiram uma curva mais concentrada nas idades mais jovens, onde pouco mais de 60% da fecundidade ocorre em mulheres com até 30 anos de idade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em 2010, segundo o IBGE, há mais de 240 povos indígenas no Brasil, falantes de 274 línguas indígenas, que carregam trajetórias históricas, econômicas e políticas distintas, portanto, povos bastante heterogêneos. Na literatura existente, encontram-se alguns trabalhos que tratam a fecundidade a partir de um recorte étnico - estes não contemplando o universo desses povos - e outros que estimam a fecundidade a partir de um recorte geográfico - que não apresentam um maior entendimento acerca do fenômeno. Dessa forma, este trabalho buscou estimar a fecundidade dos povos indígenas a partir dos perfis de capital cultural e econômico dessas mulheres.

A partir do modelo de análise utilizado, foi possível captar os *habitus* dos indivíduos - no caso, das mulheres indígenas - que deixam transparecer tanto o mundo objetivo (sociedade) quanto o mundo subjetivo das individualidades das mesmas, oferecendo uma abordagem da fecundidade desses povos de um ponto de vista mais plural, sem menosprezar a singularidade de cada povo.

Dessa forma, encontraram-se três perfis puros e seis mistos de mulheres indígenas com capital tradicionalmente indígena, intermediário e urbanizado. O perfil intitulado de capital tradicionalmente indígena apresentou características como, por exemplo, morar em área rural, praticar suas tradições e morar em ocas ou tendas. Dessa forma, mostrou-se o perfil com capital cultural e econômico mais distante do capital dominante. Este correspondeu a 13,9% do total de mulheres indígenas, com maior peso relativo nas Regiões Norte e Centro-Oeste. Seu nível de fecundidade está no estágio incipiente da transição da fecundidade, com TFT igual a 5,9 filhos, em média, por mulher, denotando um comportamento da fecundidade condizente ao que a literatura dos povos indígenas amazônicos aponta.

Em outro perfil extremo encontrou-se características como morar em área rural, com nível intermediário de escolaridade, sem serviços públicos de saneamento básico, entre outras, denominado neste trabalho de capital intermediário, pois apresentou características tanto do perfil com capital tradicionalmente indígena quanto do urbanizado. Este perfil representa somente 6,3% do total de mulheres indígenas, e seu nível de fecundidade, assim como no perfil com capital tradicionalmente indígena, sua TFT é de 5,5 filhos por mulher. Dentro do contexto dos povos indígenas, este foi o perfil mais marginalizado, já que possuem certo grau de proximidade com o capital cultural dominante, porém carecem de maior capital econômico.

E por último, o perfil denominado de capital urbanizado exibiu características como mulheres indígenas que moram em área urbana, com médio a elevado grau de escolaridade, entre outras. Este perfil correspondeu a 43,9% do total de mulheres indígenas no país, com maior percentual nas Regiões do Nordeste, Sul e, principalmente, Sudeste. Seu nível de fecundidade atingiu um patamar menor do que a média nacional para esse segmento populacional, com uma TFT igual a 2,6 filhos por mulher, fazendo presumir um comportamento perante a fecundidade próximo ao da sociedade envolvente.

Desse modo, o trabalho colabora para o entendimento do comportamento da fecundidade a partir de sua relação com os distintos modelos culturais dos povos indígenas. Além disso, permite aclarar novas políticas de saúde reprodutiva que considerem os diferenciais encontrados aqui.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Ana Maria F. A noção de capital cultural é útil para se pensar o Brasil? In: PAIXÃO, Lea Pinheiro; ZAGO, Nadir (org.). Sociologia da educação: pesquisa e realidade. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

ALVES, José Eustáquio Diniz. A transição da fecundidade e relações de gênero no Brasil. Tese apresentada ao Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional – CEDEPLAR, da UFMG, 1994.

ARAUJO, Maria Celina Soares. Capital social. Jorge Zahar Ed., Rio de Janeiro, 2003.

ATHIAS, Renato. Sexualidade, Fecundidade e programas de saúde entre os Pankararu. IN: SCOTT, Russel Parry; ATHIAS, Renato; QUADROS, Marion (orgs.). Saúde, sexo e famílias urbanas, rurais e indígenas em Pernambuco. Editora da UFPE, 2006.

AZEVEDO, Marta Maria. Demografia dos povos indígenas do Alto Rio Negro/AM: um estudo de caso de nupcialidade e reprodução. Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP, 2003.

BACCI, M. L. *Historia de la Población Europea*. Barcelona: Editora Critica, 1999.

BECKER, Gary. The Demand for children. In: BECKER, Gary. A treatise on the Family. Enlarged Edition, 1991.

BELTRÃO, Pedro Calderan. Demografia: ciência da população: análise e teoria. Ed. Sulina, Porto Alegre, 1972.

BERQUÓ, Elza; CAVENAGHI, Suzana. Mapeamento sócio-econômico e demográfico dos regimes de fecundidade no Brasil e sua variação entre 1991 e 2000. Trabalho apresentado XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, caxambú – MG, 20004.

BIXBY, Luis Rosero. CASTERLINE, John B. Difusión por interacción social y transición de la fecundidade: evidencia cuantitativa y cualitativa de Costa Rica. Centro Latinoamericano de demografia. Notas de población. Santiago de Chile, Junio, 1995.

BONAMINO, Alicia; ALVES, Fátima; FRANCO, Creso; CAZELLI, Sibeles. Os efeitos das diferentes formas de capital no desempenho escolar: um estudo à luz de Bourdieu e de Coleman. Revista Brasileira de Educação, v.15, n 45, set/dez., 2010.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jena-Claude. A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino. Tradução de Reynaldo Bairão; revisão de Pedro Benjamin Garcia e Ana Maria Baeta. 5 ed. – Petrópolis, Vozes, Rio de Janeiro, 2012.

_____; PASSERON, Jean-Claude. Los herderos: los estudiantes y la cultura. Siglo XXI Editores Argentina, Buenos Aires, 2009.

_____. A distinção: crítica social do julgamento. São Paulo: Edusp; Porto Alegre, RS: Zouk, 2007.

_____. O poder simbólico. Tradução Fernando Tomaz, 3 edição, Bertrand: Rio de Janeiro, 2000.

_____. Os três estados do capital cultural. In: NOGEURIA, Maria Alice; CATANI, Afrânio (Orgs.). Escritos de Educação. Petrópolis, RJ: Vozes, 2 edição, 1999.

BRASS, W. Note on Brass Method of Fertility Estimation. In: BRASS, W; COALE, A. J. et al. The demography of Tropical Africa. Princeton: Princeton University Press, part 1, appendix A to chapter 3, 1973, p.140-142.

CALDWELL, John C. Toward a restatement of demographic Transition Theory. Population and development review, Vol. 2, pg. 321-366, 1976.

CHACKIEL, Juan. La transición de la fecundidad en América Latina 1950 – 2000. Papeles de población, Vol. 10, núm. 41, Julio-septiembre, pg. 9-58. Universidade Autónoma del Estado de México, 2004.

CARVALHO, José Alberto Magno de; SAWYER, Diana Oya; RODRIGUES, Roberto do Nascimento. Introdução a alguns conceitos básicos e medidas em Demografia. 2 ed. Ver., São Paulo: ABEP, 1994, reimpr. 1998.

CEPAL. Mujeres indígenas en América Latina: dinámicas demográficas y sociales em el marco de los derechos humanos. Santiago de Chile, 2013.

CERQUEIRA, Cezar Augusto. Tipologia e características dos estabelecimentos escolares brasileiros. Universidade Federal de Minas Gerais/ CEDEPLAR. Tese (doutorado). Belo Horizonte, 2004.

COALE, A. The demographic transition: a summary, some lessons and observations. IN: CHO, Le-Jay; KOBAYASHI, Katumasa (eds.). Fertility transition of east asian populations. Honolulu, University Press of Hawaaii, 1979. Cap. 2.

COIMBRA JR., Carlos E. A.; GARNELO, Luiza. Questões de saúde reprodutiva da mulher indígena no Brasil. Porto velho, fevereiro de 2003.

Convenção n 169 sobre povos indígenas e tribais e Resolução referente à ação da OIT – Organização Internacional do Trabalho. Brasília, 2011.

CRUZ, Anna K. R.; SILVA, Eliana M.; BARBOSA, Lára de Melo; FRANCA, Mardone C.; TEIXEIRA, Pery. Fecundidade das mulheres indígenas e não indígenas: uma análise com base nas informações do Censo 2010. Trabalho apresentado no VI Congresso da Asociación Latinoamericana de Población – ALAP, 12-15 de agosto, Lima- Peru, 2014.

DAVIS, K.; BLAKE, J. Social structure and fertility an analytic framework. *Economic development and Cultura Change*, Vol. 4, n 3, 211-235, 1956.

FARIA, Vilmar Evangelista. Government policy and fertility regulation: unintended consequences and perverse effects. *Bras. Journ. Pop. Stud.*, Brasília, 1997/1998.

FELIPPE, Miguel Fernandes; MAGALHAES JUNIOR, Antônio Pereira; GARCIA, Ricardo Alexandrino. Proposta de utilização do método Grade of Membership (GoM) para o desenvolvimento de classificações multivariadas qualitativas em recursos hídricos: aplicação para zonas de recarga de aquíferos de Belo Horizonte – MG. *RBRH – Revista Brasileira de Recursos Hídricos*. Vol. 19 n2 – abr/jun, 2014, 77 -88.

GARCIA, Ricardo Alexandrino. Modernização e declínio da fecundidade no nordeste brasileiro: um estudo microrregional. Universidade Federal de Minas Gerais/ CEDEPLAR. Belo Horizonte, 2000.

HAMMEL, E. A. A theory of culture for demography. *Populations and development review*, vol. 16, n.3, p. 455-485, 1990.

HARRIS, Marvin; ROSS, Eric. *Death, Sex and Fertility: population regulation in pre-industrial and developing societies*. New York: Columbia University Press, 1987.

_____. *Antropologia cultural*. Alianza Editorial, 2004.

IBGE. *Tendências demográficas: uma análise dos indígenas com base nos resultados da amostra dos Censos Demográficos 1991 e 2000*. Coordenação de população e indicadores sócias – Rio de Janeiro, 2005.

_____. *Censo Demográfico 2010*.

_____. *Os indígenas no Censo Demográfico 2010: primeiras considerações com base no quesito cor ou raça*. Rio de janeiro, 2012.

JUNQUEIRA, Carmen; CAMARGO, Cândido P. F.; PAGLIARO, Heloísa. Reflexões acerca do mundo cultural e do comportamento reprodutivo dos Kamaiurá ontem e hoje. IN: PAGLIARO, Heloísa; AZEVEDO, Marta Maria; SANTOS, Ricardo Ventura (org.). *Demografia dos povos indígenas no Brasil*. Coleção saúde dos povos indígenas. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz e Associação Brasileira de Estudos Populacionais/ABEP, 2005.

KNODEL, J. C., WALLE, E. VAN DE. Lessons from the past: policy implication of historical fertility studies. *Population and Development Review*, v.5, n.2, p.217-245, June 1979.

LARAIA, Roque de Barros. Cultura: um conceito antropológico. Jorge Zahar Ed., 24 edição, Rio de Janeiro, 2009.

LUCIANO, Gersem dos Santos. O índio brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006.

LONGO, Luciene Aparecida Ferreira de Barros. Uniões intra e inter-raciais, status marital, escolaridade e religião no Brasil: um estudo sobre a seletividade marital feminina, 1980-2000. Tese apresentada ao curso de Doutorado em Demografia do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais, 2011.

MANTON, K., WOODBURY, M., TOLLEY, D. Statistical applications using fuzzy sets. Wiley, 1994.

MIRANDA-RIBEIRO, A.; GARCIA, R. A. Transições da fecundidade no Brasil: uma análise à luz dos diferenciais por escolaridade. Trabalho apresentado no XVIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, realizado em Águas de Lindóia/SP – Brasil, de 19 a 23 de novembro de 2012.

NOTESTEIN, Frank. Population: the long view. IN: SCHULTZ, T. W. (ed.) Food for the World. Chicago: University of Chicago Press, 1945.

OLIVEIRA, Jane Souto de. “Brasil mostra tua cara”: imagens da população brasileira nos censos demográficos de 1872 a 2000. Texto para discussão, n.6. Rio de Janeiro: Escola Nacional de Ciências Estatísticas, 2003.

OLIVEIRA, João Pacheco de. Uma etnologia dos “índios misturados”? situação colonial, territorialização e fluxos culturais. Texto apresentado na conferência realizada no concurso para professor-titular da disciplina Etnologia, Museu Nacional/ UFRJ, Rio de Janeiro, 11 de novembro de 1997.

_____. Trama histórica e mobilizações indígenas atuais: uma antropologia dos registros numéricos no nordeste. IN: OLIVEIRA, João Pacheco de (org.). A presença indígena no Nordeste: processos de territorialização, modos de reconhecimento e regimes de memória. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2011.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. Identidade, etnia e estrutura social. Biblioteca Pioneira de Ciências Sociais: São Paulo, 1976.

PAGLIARO, Heloísa. Revolução demográfica dos indígenas Kaiabi, parque do Xingu. Tese de doutorado apresentada ao Departamento de Epidemiologia da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, 2002

_____; AZEVEDO, Marta Maria; SANTOS, Ricardo Ventura. Demografia dos povos indígenas no Brasil: um panorama crítico. IN: PAGLIARO, Heloísa. AZEVEDO, Marta Maria; SANTOS, Ricardo Ventura (org.) Demografia dos povos indígenas no Brasil. Coleção saúde dos povos indígenas. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz e Associação Brasileira de Estudos Populacionais/ ABEP, 2005.

_____; MENDOÇA, Sofia; CARVALHO, Natália da Silva; MACEDO, Érika Santos de; BARUZZI, Roberto G. Fecundidade e saúde reprodutiva das mulheres Suyá (Kisêdje), Parque Indígena do Xingu, Brasil Central (1970 – 2007). Trabalho apresentado no XVIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, realizado em Caxambu-MG – Brasil, de 29 de setembro a 2 de outubro de 2008.

_____; A revolução demográfica dos povos indígenas no Brasil: a experiência dos Kayabí do Parque Indígena do Xingu, Mato Grosso, Brasil, 1970-2007. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, 26(3): 579-590, mar, 2010.

PATARRA, Neide; FERREIRA, Carlos Eugênio. Repensando a transição demográfica: formulações críticas e perspectivas de análise. Campinas: Nepo: Unicamp, 1986.

_____; OLIVEIRA, Maria Coleta F. A. de. Transição, transições. IN: Sessão plenária: Transição demográfica, 1985.

PEREIRA, Nilza de Oliveira Martins. Perfil demográfico e socioeconômico das pessoas que se autodeclararam indígenas nos censos demográficos – 1991 – 2000. Trabalho apresentado no XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, realizado em Caxambu- MG, de 20 – 24 de setembro de 2004.

PRESTON, Samuel H.; HEUVELINE, Patrick; GUILLOT, Michel. Demography: Measuring and Modeling Population Processes. Malden, MA: Blackwell, 2001.

RODRIGUES, Gilda de Castro. O dilema da maternidade. São Paulo: Annablume, 2008.

SAWYER, D. et al. Caracterização dos tipos de doadores de sangue em Belo Horizonte: heterogeneidade do homogêneo. In.: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 12, 2000, Caxambu, MG. *Brasil 500 anos: mudanças e continuidades*. Belo Horizonte: Associação Brasileira de Estudos Populacionais - ABEP, 2000.

SETTON, M. C. A teoria do *habitus* em Pierre Bourdieu: uma leitura contemporânea. Revista Brasileira de Educação, n. 20, p. 60-70, 2002.

SCHKOLNICK, Susana. La fecundidade en América Latina. IN: CEPAL. La fecundidad en América Latina: ¿Transición o revolución? Santiago de Chile, 9 a 11 de junho de 2003. Santiago de Chile, 2004.

SILVA, E. M.; BRASIL, Marília Carvalho; COSTA, André Monteiro. Fecundidade das mulheres indígenas Xukuru: considerações sobre os dados preliminares do Censo Xukuru. Trabalho apresentado no XVIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, realizado em Águas de Lindóia/SP – Brasil, de 19 a 23 de novembro de 2012.

SIMÕES, Celso Cardoso da Silva. A transição da fecundidade no Brasil: análise de seus determinantes e as novas questões demográficas. São Paulo: Arbeit Factory Editora e Comunicação, 2006.

SOUZA, Luciene Guimarães de. Demografia e saúde dos índios Xavante do Brasil Central. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca. Rio de Janeiro, 2008.

TEIXEIRA, Pery. Metodologia de uma pesquisa censitária participativa realizada junto a uma comunidade indígena da Amazônia. Trabalho apresentado no I Congresso da Associação Latino Americana de População (ALAP), 18 – 20 setembro. Caxambú, MG, 2004.

_____. (org.). Sateré-mawé: retrato de um povo indígena. Manaus: UNICEF/FNUAP, 2005.

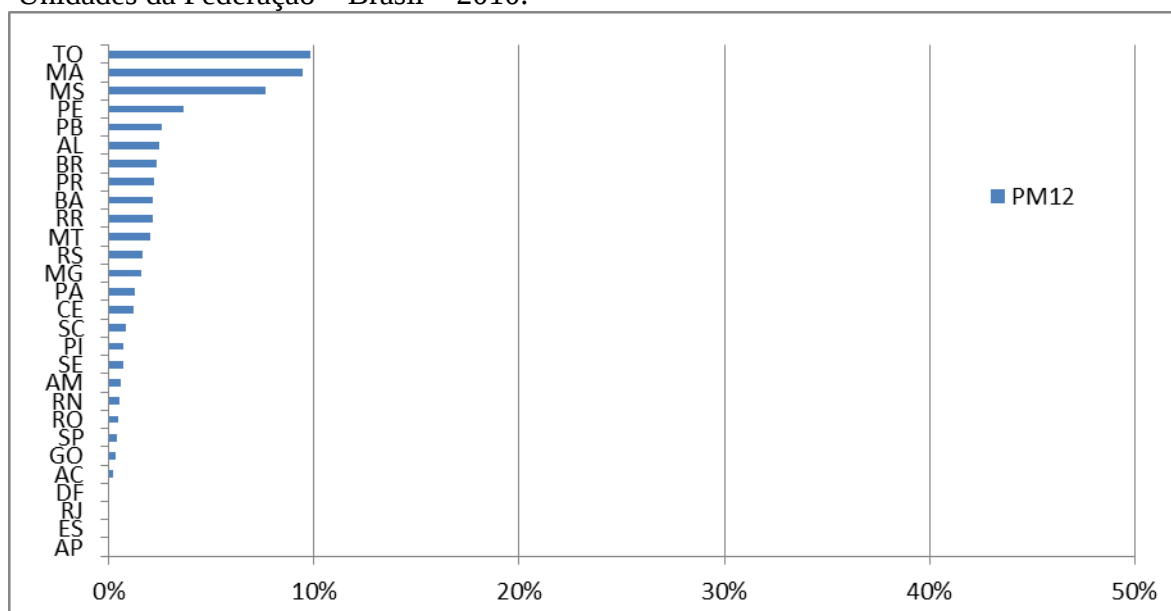
_____; SANTOS, Ricardo Ventura. O “indígena” que emerge do Censo Demográfico de 2010. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, 27((6):1048-1049, jun, 2011.

_____; COSTA, André Monteiro. Xukuru do ororubá: Introdução à demografia de um povo indígena. Trabalho apresentado no XVIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, realizado em Águas de Lindóia/SP, 19 – 23 de novembro, 2012.

WONG, Laura L. Rodríguez; MORELL, Maria Graciela González de; CARVALHO, Regiane Lucinda de. Notas sobre o comportamento reprodutivo da população autodeclarada indígena – Censos Demográficos 1991 e 2000. Revista brasileira Estudos Populacionais, Rio de Janeiro, v. 26, n.1, p. 61-75, jan./jun. 2009.

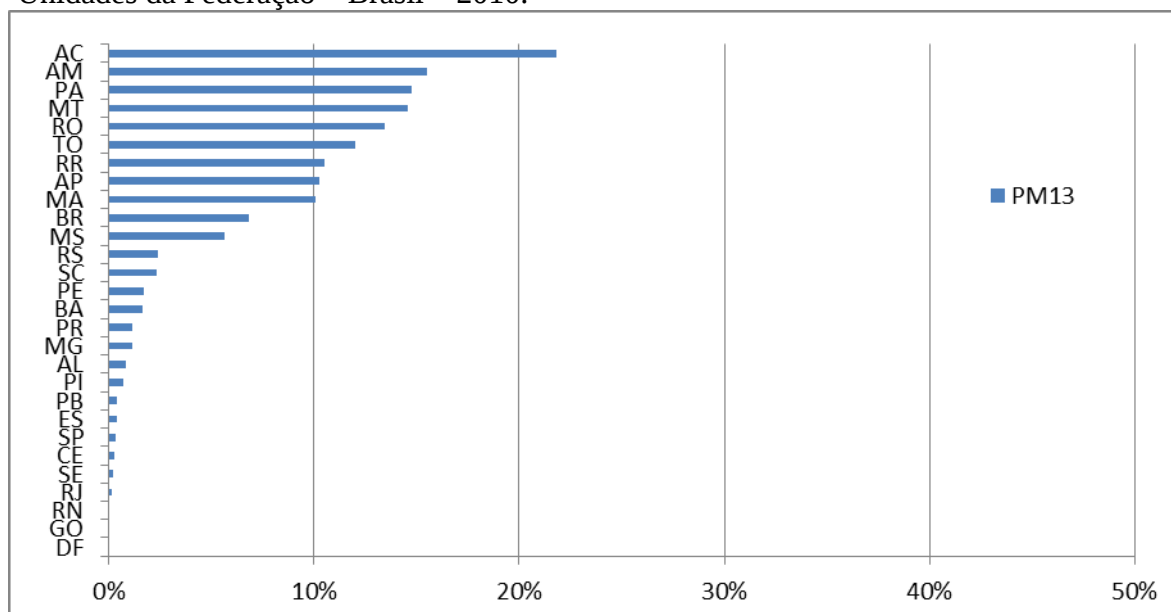
ANEXO

Gráfico 4.6 – Percentual das mulheres indígenas com capital tradicionalmente indígena e urbanizado, com predomínio do capital tradicionalmente indígena, segundo as Unidades da Federação – Brasil – 2010.



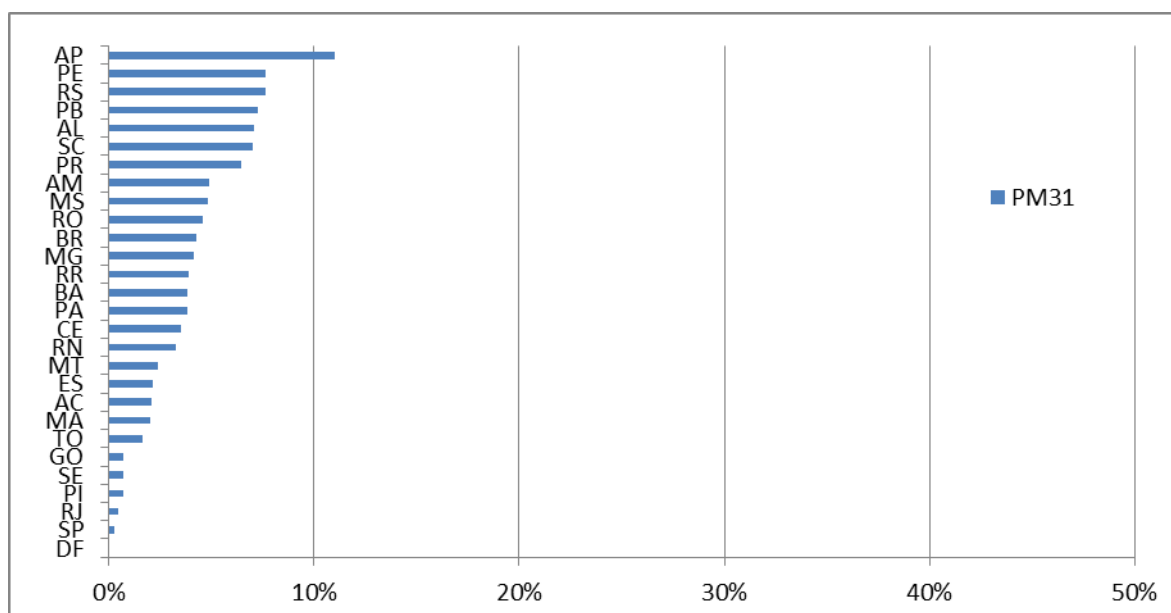
Fonte: Censo Demográfico de 2010. IBGE.

Gráfico 4.7 – Percentual das mulheres indígenas com capital tradicionalmente indígena e intermediário, com predomínio do capital tradicionalmente indígena, segundo as Unidades da Federação – Brasil – 2010.



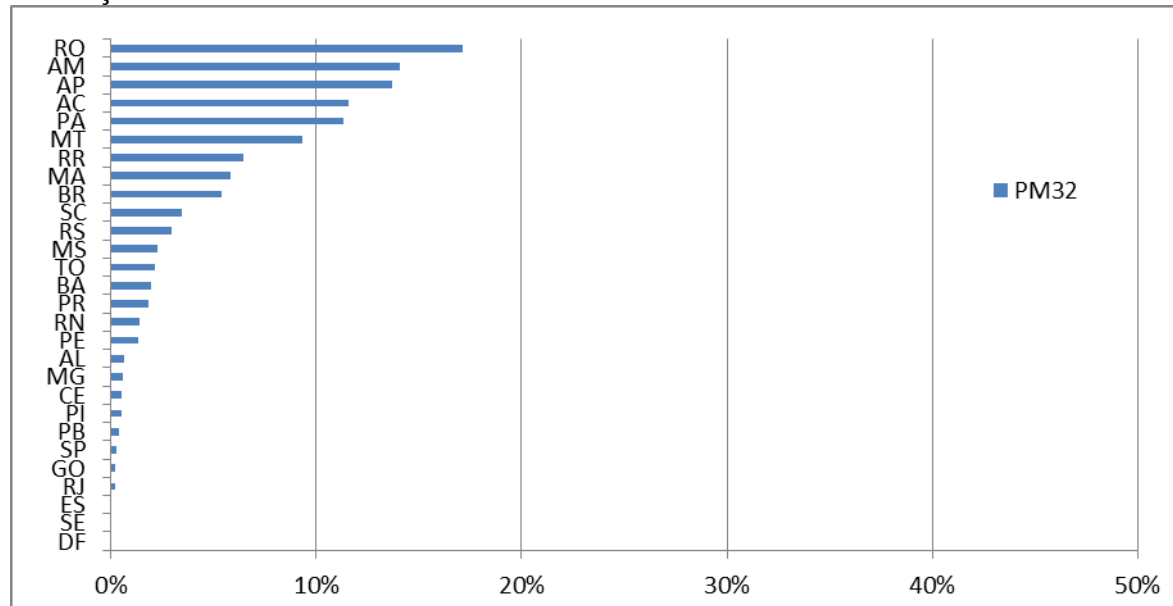
Fonte: Censo Demográfico de 2010. IBGE.

Gráfico 4.8 – Percentual das mulheres indígenas com capital intermediário e tradicionalmente indígena, com predomínio do capital intermediário, segundo as Unidades da Federação – Brasil – 2010.



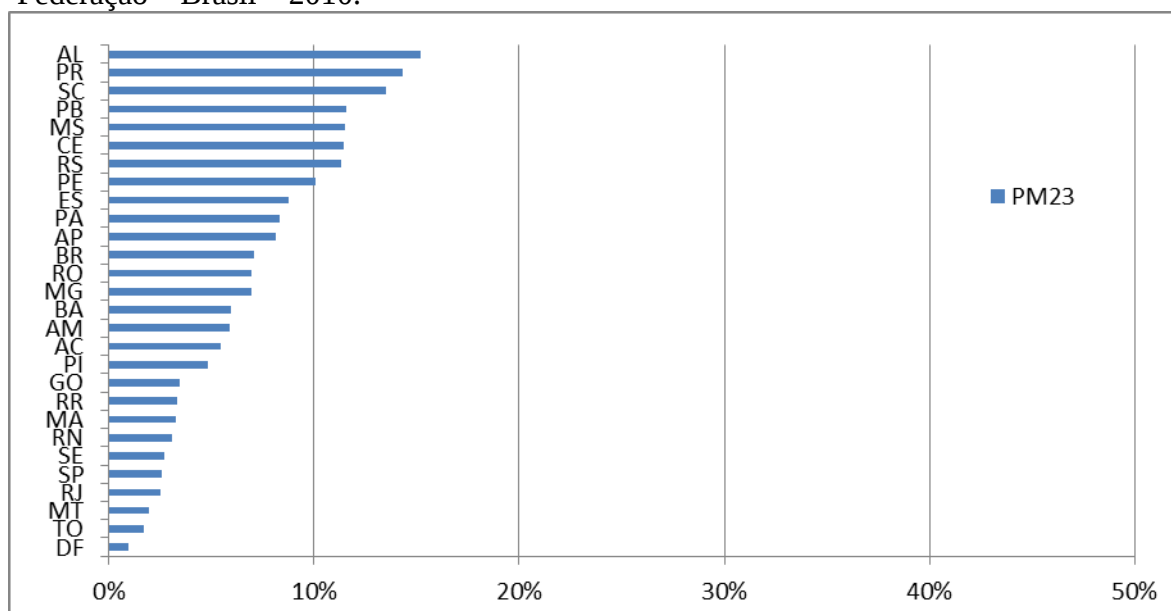
Fonte: Censo Demográfico de 2010. IBGE.

Gráfico 4.9 – Percentual das mulheres indígenas com capital intermediário e urbanizado, com predomínio do capital intermediário, segundo as Unidades da Federação – Brasil – 2010.



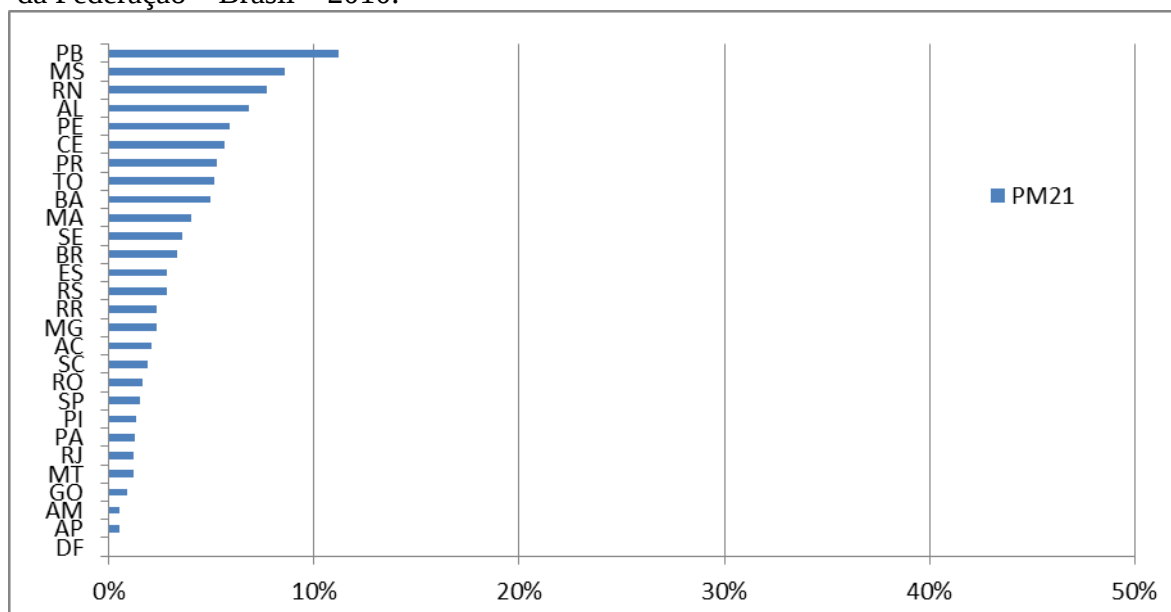
Fonte: Censo Demográfico de 2010. IBGE.

Gráfico 4.10 – Percentual das mulheres indígenas com capital urbanizado e intermediário, com predomínio do capital urbanizado, segundo as Unidades da Federação – Brasil – 2010.



Fonte: Censo Demográfico de 2010. IBGE.

Gráfico 4.11 – Percentual das mulheres indígenas com capital urbanizado e tradicionalmente indígena, com predomínio do capital urbanizado, segundo as Unidades da Federação – Brasil – 2010.



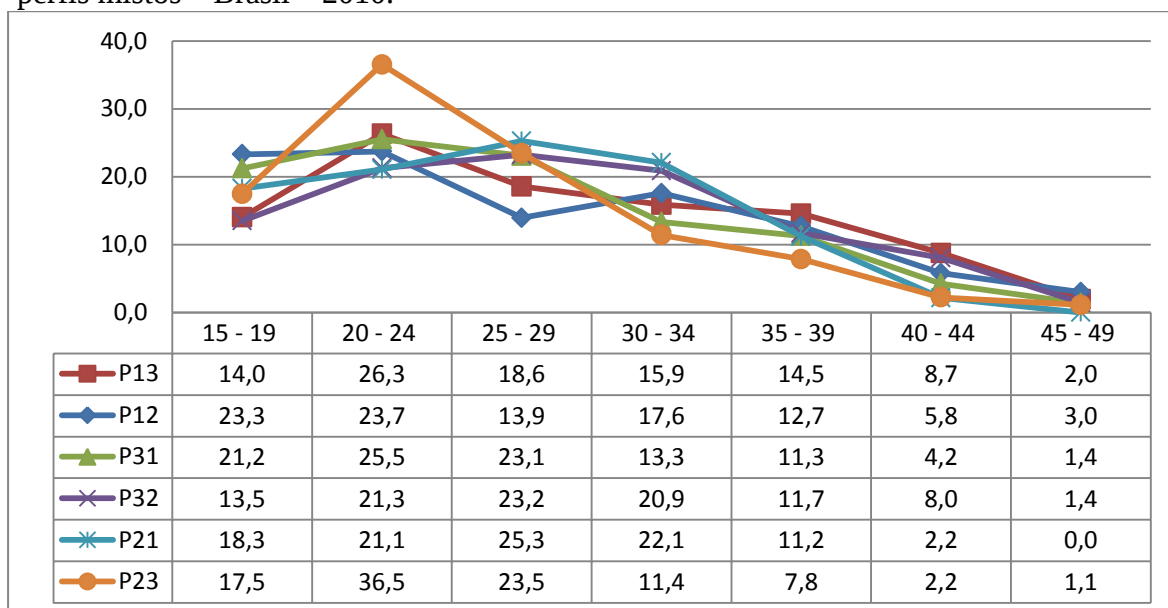
Fonte: Censo Demográfico de 2010. IBGE.

Gráfico 4.13 – Taxa de Fecundidade das mulheres indígenas, segundo os perfis mistos – Brasil – 2010.



Fonte: Censo Demográfico de 2010. IBGE.

Gráfico 4.15 – Taxa Específica de Fecundidade das mulheres indígenas, segundo os perfis mistos – Brasil – 2010.



Fonte: Censo Demográfico de 2010. IBGE.